



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 17
MANDATO 2009/2013

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, no Fórum de Ermesinde, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Discussão e aprovação das atas das reuniões dos dias 2011-10-27 e 2011-11-09; -----
2. Pedido de renúncia do mandato do membro da assembleia António Fernando Correia Monteiro, eleito pelo Bloco de Esquerda; -----
3. Discutir e votar propostas da Câmara Municipal sobre: --- -----
- 3.1. Orçamento dos SMAES para o ano 2012; -----
4. Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e patrimonial do município de Valongo; -----
5. Apreciar a informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os senhores Vereadores Maria da Trindade Morgado do Vale, Arnaldo Pinto Soares, José Afonso Teixeira Lobão, José Joaquim da Silva Miranda, José Pedro Paupério Martins Panzina e João Ruas Moreira. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, António Alves do Vale, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Elsa Maria Torres Carneiro e José Joaquim Moutinho Araújo tendo sido substituídos, respetivamente, por Rafael Duarte Ferreira Rafael, Daniel Torres Gonçalves, Manuel Sousa da Silva Cavadas e Sérgio Sousa Moreira Bessa. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião. -----

O senhor **Segundo Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** concedeu a palavra aos Munícipes que pretendessem colocar alguma questão. -----

O **Munícipe senhor Celestino Neves** colocou as **Questões** que se anexam à presente ata como **Doc.1**. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Cunha fez a leitura de um **Voto de Pesar**, apresentado pela Assembleia Municipal, anexo à presente ata como **Doc.2**. -----

De seguida colocou à votação a admissão do **Voto de Pesar**, tendo sido admitido por unanimidade, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por unanimidade, sendo feito um minuto de silêncio. --- Seguidamente, deu a palavra ao Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luis Miguel Mendes Ramalho. -----

O senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** disse que muito lhe agrada a iniciativa da Assembleia Municipal, de descentralizar as reuniões percorrendo as cinco freguesias do concelho, permitindo que a população possa, sem grandes deslocações e sem outros argumentos, dirigir-se aos órgãos próprios para apresentar os seus anseios e as suas preocupações. -----

Em nome da cidade de Ermesinde agradece todo o empenho e especial atenção, que foram dedicados - e ainda dedicam - repondo a justiça à atenção que Ermesinde tanto merece, lembrando todavia, que nem tudo está feito. -----

Terminou, desejando a todos os presentes, à Mesa e à Câmara um ano de 2012 cheio de sucessos e, que se abracem os novos desafios com os poucos recursos que ainda restam, permitindo que o trabalho que tem que ser feito seja eficaz e sempre em prol das populações. -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.3**. -----

A senhora **Membro do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.4**. -----

A senhora **Membro do Grupo Municipal da Coragem de Mudar Vera Borges Lopes** fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.5**. -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.6**. ----

De seguida, fez a entrega à Mesa dos seguintes documentos: -----

Uma **Moção** anexa à presente ata como **Doc.7**. -----

Uma **Moção** anexa à presente ata como **Doc.8**. -----

Uma **Moção** anexa à presente ata como **Doc.9**. -----

A senhora **Membro do Grupo Municipal do PS Maria Cândida de Sousa Moreira Bessa** começou por saudar o povo de Ermesinde realçando a importância da Assembleia Municipal em Ermesinde, bem como "é importante a descentralização do poder autárquico aproximando os meios de decisão das pessoas". -----

E continuou: Ermesinde, que abrange uma área de cerca de 7 km², antiga freguesia de S. Lourenço de Asmes, passou a ser oficialmente designada Ermesinde a partir da implantação da República, em 1910. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Hoje constitui-se como a freguesia mais populosa do concelho de Valongo; a construção das vias de caminho-de-ferro do Douro e do Minho, em 1875, foi um dos fatores do seu desenvolvimento económico-social. -----

Ermesinde foi elevada à categoria de vila em 12 de junho de 1938, e em 13 de julho de 1990 a Assembleia da República, por unanimidade, aprovou a passagem de Ermesinde a cidade. -----

A partir da década dos anos 70, a cidade cresceu em termos demográficos e urbanos, originando problemas a que foi necessário dar resposta. -----

Em Ermesinde nasceram instituições que prestaram e/ou ainda prestam, relevantes serviços no âmbito cultural, social e desportivo à comunidade; o *Ermesinde Sport Clube*, o *CPN*, o *Centro Social de Ermesinde*, a *Associação Humanitária dos Bombeiros de Ermesinde* e tantas outras, que embora mais modestas não deixam de ser relevantes na cidade. -----

A concretização do programa POLIS permitiu a recuperação, a melhoria do centro histórico da cidade, beneficiando o ambiente social e ambiental, potenciando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e dotando a zona envolvente à Estação - lugar de excelência, de convívio de tertúlias - onde pessoas de múltiplas raças, credos, etnias se encontram. -----

Ermesinde reclama uma estratégia que a qualifique rumo ao futuro, melhores acessos, melhores equipamentos escolares, uma maior mobilidade na cidade, um novo mercado, entre alguns exemplos. -----

Ermesinde deveria ser uma cidade de futuro. E, se a melhor atração de uma cidade é a qualidade de vida dos seus moradores, a cidade de Ermesinde apresenta, na atualidade, inúmeros problemas que fazem com que as pessoas que nela vivem sintam na pele as dificuldades da vida urbana que exigem atenção e resposta por parte do poder local. -----

Assim, Ermesinde exige aumento de formação e emprego qualificado, apoio aos mais carenciados, às crianças e idosos, salientando o grande trabalho do laborioso Centro Social de Ermesinde em prol dos mais necessitados. -----

Os idosos queixam-se não só dos poucos meios económicos mas, também, da solidão, pois a cidade é um lugar onde muitas pessoas, ficam sozinhas.

Ermesinde exige assim: melhor acessibilidade à A4 e A41, se possível sem portagens, o investimento prometido e ainda não realizado na educação, as obras na Escola Secundária de Ermesinde. -----

Ermesinde precisa de sustentabilidade ambiental, mas principalmente falta-lhe a visão dos seus autarcas, o que aliás, pode ser constatado no relatório de atividades com que a autarquia encerra o ano. -----

E concretizando: Plano sem linhas de orientação bem definidas, com atividades avulsas sem princípio orientador ao sabor do tempo, momentos e interesses individuais, a cultura parece não ser para todos, a panóplia de atividades é para encher o olho, e assim se justifica o forte endividamento da Câmara, preocupada quase exclusivamente com o arrecadar das taxas de construção, faltando a sensibilidade ecológica que permite manter os indicadores exigidos a nível europeu para que Ermesinde seja uma cidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

verde. -----

Correndo o risco de urbe descentralizada mas manifestando características de dormitório urbano de grande densidade populacional, de congestionamento de trânsito e de pessoas, *Ermesinde merecia, numa época de crise generalizada, ser melhor tratada quer pelo governo central quer pelo governo local.* -----

A Assembleia no respeito de valorização das pessoas de Ermesinde assim o exige; o objetivo principal da política é criar a amizade entre membros da cidade. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente à questão da situação financeira da Câmara Municipal de Valongo, ao contrário do que foi dito pelo Membro José Manuel Ribeiro, *que sugeriu para que se iniciasse um processo consensual para resolver o problema financeiro*, esse processo já foi iniciado e *gostava é que já estivesse terminado.* -----

O facto, é de todos conhecido: *ao plano de saneamento financeiro da Câmara Municipal de Valongo - que foi aprovado e que está à espera de poder ser implementado - falta concretizar os empréstimos.* Foi devolvido pelo Tribunal de Contas a apreciação de um empréstimo de 12,5 milhões de euros porque, segundo tal Instituição e que se entende, *"não é possível fazer um saneamento que requer 25 milhões com 12,5 milhões".* -----

Posteriormente a este facto foram efectuadas reuniões no Tribunal de Contas, ficando acordado que esta Instituição, estará disponível para aceitar o financiamento do plano de saneamento financeiro, através da contração de um empréstimo de cerca de 18 milhões de euros, que pagará as dívidas tituladas por facturas e, numa fase que decorrerá em paralelo, através da renegociação dos factorings que já existem, que estão titulados, e que são dívida. *(risco aceite pela banca, pela transformação desses factorings em dívida de médio e longo prazo).* -----

O objetivo é liquidar as dívidas de curto prazo, fazendo com que a Câmara nas relações económicas e financeiras que estabelece com todos os agentes seja pessoa de bem, que cumpra de facto com os compromissos. -----

Quanto às associações informou que, na última reunião de Câmara, aprovaram, por unanimidade, *a celebração dos contratos programa com as associações desportivas do concelho, para a época desportiva 2011/2012, e amanhã serão liquidadas junto dessas associações as verbas correspondentes aos meses de setembro a dezembro.* -----

Tal como tinham anunciado desde o início, existe um bolo de 25 milhões que está estagnado há mais tempo do que gostariam. Esclareceu que a partir de setembro a Câmara começou a trabalhar com as receitas que vai gerando e a pagar a partir daí, demonstrando ter capacidade de cumprir. -----

Todos os serviços estão a fazer uma análise rigorosa dos serviços deficitários que, sob o ponto de vista financeiro possam existir. Os serviços da Câmara, prestados à sociedade como entidade pública, não têm que ser lucrativos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

mas, têm que ser avaliados com rigor, nomeadamente os défices e, a partir daí perceber se se podem diminuir ou, eventualmente se fará sentido que permaneçam. -----

Reafirmou que estão a fazer uma análise rigorosa, com o envolvimento dos funcionários da Câmara Municipal, que são os que conhecem bem o terreno e que podem contribuir para a redução desses custos. -----

Hoje em dia e na estrutura da Câmara Municipal compreende que tem que haver mudança de paradigma na gestão do que é público; toda a gente assume que tem que se fazer tal trabalho. E, os funcionários, apesar de terem a sensibilidade para fazerem a análise e a discussão de tais levantamentos não terão que assumir politicamente, pois quem vai por a cruz nas medidas não são eles.-----

Disse de seguida que está a decorrer uma auditoria à estrutura orgânica da Câmara Municipal, que está prestes a ser concluída; terão brevemente disponível o relatório que vão partilhar e, a partir daí assumir as consequências dessa reflexão e das decisões políticas. -----

Quanto às questões, de cariz político, da retirada de competências e da posição pública do PSD afirmou: *"o Executivo (em vez do PSD) teve oportunidade de dizer ao longo do tempo que entenderam bem o que foi a votação da população".* -----

A população do concelho decidiu que o PSD não teria a maioria absoluta, portanto, *entende que o actual Executivo não pode ter o poder absoluto; algo absolutamente legítimo que traduz o respeito pela democracia.* -----

E continuou: Disse, pelo menos duas vezes, em reunião de Câmara, que entendia que têm que encontrar o equilíbrio entre o conforto que os vereadores que estão na oposição devem ter, porque nas decisões que são tomadas eles também têm responsabilidade direta sobre elas. E concretizou: *"a partir do momento que têm um plano de saneamento financeiro há uma responsabilidade pessoal e política muito forte, e têm que encontrar o justo equilíbrio entre esse conforto, que lhes é devido e a necessária agilidade em termos de processos e de resposta da Câmara para com os cidadãos".* -----

Foi sempre essa a posição assumida e, não foram só os vereadores; o senhor Presidente da Câmara também se absteve na votação porque, conforme tinha proposto, todos podiam e deviam, discutir o assunto. -----

Em seu entender, *"o senhor Presidente da Câmara não tem três votos seguros mas, tal como todos os outros vereadores, tem um voto seguro que é o seu".*

Estão todos no Executivo da Câmara Municipal e, cada um, não perde a sua consciência crítica por estar dentro de uma força política. De resto tal expressão é muito forçada, e nunca sentiu isso na Câmara Municipal. -----

Quanto à questão de se *"pôr em causa a credibilidade de quem não fez, não preparou em tempo o orçamento"*, pode ser questionado o facto de ainda não terem o plano de saneamento aprovado porque é inequívoco e que toda a gente já percebeu. Pode-se até discutir se é porque a banca não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

dinheiro. (A propósito, Câmara Municipal de Faro apresentou um documento em que precisa para o seu reequilíbrio financeiro de 49 milhões de euros e conseguiu na banca 16 milhões). -----

Portanto, não é um demérito da Câmara Municipal a dificuldade que tem existido em conseguir junto da banca os empréstimos. Aliás, o problema se fosse só da Câmara Municipal de Valongo, provavelmente o Governo, no meio de todas as dificuldades que tem, não estaria preocupado em disponibilizar um instrumento para ajudar as Câmaras Municipais a ultrapassar essa questão.

A questão da credibilidade seria posta em causa se tivessem apresentado um orçamento, porque tal orçamento seria fictício pois teriam que empolar a receita para cobrir a despesa - uma vez que só terão a receita correspondente quando tiverem os empréstimos - ou porque teriam que eliminar despesa para corresponder à menor receita. -----

Portanto o que foi decidido por todos os vereadores, foi a opção de se fazer a apresentação de um orçamento quando tiverem os meios financeiros para que seja em definitivo, um orçamento rigoroso, para ser cumprido e, de execução transparente. Subsistem algumas dúvidas quanto à formalização -

Foi assim que todos entenderam que faria sentido, e isso acontecerá no momento que conseguirem resolver a questão do saneamento financeiro. Entenderam que seria pouco credível apresentar já, um orçamento. -----

Disse de seguida que a Câmara fará a sua gestão, nos próximos tempos, através de duodécimos do orçamento do ano anterior, tendo a noção que esse orçamento é largo demais para o que querem e, sob o ponto de vista da gestão e internamente, o controlo será muito apertado. -----

Portanto e tendo a noção clara das consequências as indicações que estão nos serviços de controlo de gestão da Câmara Municipal que têm a missão de gerir é como se estivessem com as contas do plano de saneamento financeiro. *Gerir em duodécimos, para que não haja derrapagens.* -----

Quanto à questão da Câmara não saber atrair investimentos e famílias não é confirmada a afirmação: *"apesar do investimento imobiliário não havia atração de famílias". Os últimos censos dizem que a Câmara Municipal de Valongo, a par da Maia, foram as que mais cresceram na Área Metropolitana do Porto.* -----

O número de habitantes do município de Valongo subiu mais de sete mil; não tem dúvida que teve a ver com uma questão do preço da habitação, e no futuro próximo irá continuar a subir, pela mesma razão. -----

Sobre a questão do hospital de Alfena não conhece os termos do protocolo que vão nesse sentido, portanto vai indagar e depois dirá alguma coisa. -----

Quanto ao Centro de Saúde de Alfena, enviaram um ofício ao senhor Ministro da Saúde. Nesta altura sabem que está tudo a ser reavaliado. *Já se manifestaram em relação ao Centro de Saúde de Alfena como ao Centro de Saúde de Campo quanto à necessidade que eles avancem.* -----

E acrescentou: o que havia a bloquear o processo era a inexistência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

terrenos; supostamente o de Campo que já deveria ter os projetos prontos. Mas é algo sobre o qual fazem a necessária pressão para que avance. Quanto à questão da placa, foi uma iniciativa da Junta de Freguesia de informação do local onde era prevista a instalação Centro de Saúde Alfena -- Quanto à rua Presas de Sá/Ermesinde está previsto que no final das obras em curso seja colocada uma camada de desgaste e a normalização do piso. - Quanto à EN 606 (Alfena/Sobrado) falará numa próxima oportunidade porque vão ter uma reunião com a EP no início do ano e com o Secretário de Estado das Obras Públicas. -----

Relativamente à questão de especulação de terrenos em Alfena não é de saudar mas uma opção legítima e saudável seria *"endereço essas questões para os órgãos próprios da Justiça, porque se há especulação abusiva deve ser analisado sob esse ponto de vista"*. Têm a preocupação de assegurar que, dentro da Câmara Municipal seja tudo legal e, quanto a isso, os processos de que tem conhecimento, estão legais. *Quanto a questões que saiam fora do âmbito da Câmara Municipal só às entidades competentes caberá responder.* -----

Sobre a situação financeira têm provido várias diligências junto da banca e a situação que têm agora é a seguinte: -----

O plano A - *financiamento dos 18 milhões através de empréstimo bancário e a conversão dos factorings a dívida de médio e longo prazo.* -----

No entanto, tendo a noção que o Governo prepara um plano para apoiar as autarquias que têm dívidas, consideram que poderá ser, sob o ponto de vista financeiro, mais competitivo do que ir à banca. -----

Nesta altura há duas coisas que é necessário assegurar; uma delas é que um Município que esteja com um plano financeiro em vigor e, por força disso tenha contraído uma dívida, possa vir a fazer a migração do instrumento financeiro ou seja, possa liquidar a dívida que tem na banca, em piores condições financeiras e fazê-la migrar para o novo instrumento que o Governo disponibilizará. -----

A terminar disse que em algumas reuniões têm dado conta, nomeadamente ao Secretário de Estado da Administração Local que tem um papel relevante nessa parte sob pena de, ao resolverem primeiro com a banca antes que surja o instrumento do Governo, virem a ser penalizados financeiramente, se não estiver garantida a conveniente migração da dívida assumida. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a continuação do período antes da ordem do dia para o final da reunião, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão a ata da reunião do dia 2011-10-27, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e aprovado por maioria, com 31 votos a favor e 1 abstenção por não ter estado presente na referida reunião. -----

Seguidamente colocou à discussão a ata da reunião do dia 2011-11-09, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

votação e **aprovado por maioria**, com 28 votos a favor e 4 abstenções por não terem estado presente na referida reunião. -----

Deu, de seguida, conhecimento do Ponto **2. Pedido de renúncia do mandato do membro da assembleia António Fernando Correia Monteiro, eleito pelo Bloco de Esquerda.** -----

Colocou de seguida à discussão o Ponto **3.1. Orçamento dos SMAES para o ano 2012**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 14 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS, 1 voto do Grupo Municipal do CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 18 abstenções, sendo: 11 abstenções do Grupo Municipal do PS, 6 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Seguidamente colocou à apreciação o Ponto **4. relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e patrimonial do município de Valongo.** -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que pretendia colocar uma questão à Câmara de resposta, **sim ou não**. -----

Disse que conhecem a forma como foi contratada a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, não estando em causa o seu mérito; nunca o PS, na Câmara e na Assembleia nem em nenhum lugar, colocou nem vai colocar em causa o mérito profissional da entidade privada que presta o serviço. -----

Mas como, de forma muito abundante já foi referido, o quadro financeiro em que vivem obriga a uma leitura diferente, muito cuidada daquilo que é a vida do Município, em circunstâncias normais podiam não valorizar, mas não estão a viver circunstâncias normais, estão a viver um momento difícil sobre tudo do ponto de vista financeiro. -----

O documento presente, por imposição legal, à Assembleia - e que devia ter ido à Câmara - não foi ainda à Câmara, mas deveria ter ido; é um documento relevante, um documento sobre a situação económica e patrimonial do Município, resultado de uma ação de acompanhamento por parte da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. -----

A pergunta que se impõe é: se na Câmara se sentem confortáveis com essa situação em que o Revisor Oficial de Contas do Município seja a mesma pessoa que no plano cívico político preside a Distrital do PSD. Gostaria de uma resposta, **sim ou não**, pois não está em causa mais nenhum considerando. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que responde como deve e como quiser, pois não aceita que lhe definam como responder. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Sim, porque não se sentiria à vontade para demitir a empresa no momento em que o senhor foi eleito, pois o contrato é anterior ao facto de ele ser Presidente da Distrital. -----

Não foi ele que geriu o processo; fizeram um contrato de prestação de serviços com uma empresa; o senhor é filiado num partido e, posteriormente à celebração desse contrato é que foi eleito. *Na sua opinião, não era causa para rescindir o contrato.* -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal Coragem de Mudar António Jorge Duarte do Aído** começou por lembrar o que dizia, e bem, há um ano atrás o vereador Arnaldo Soares - *"as demonstrações financeiras apresentadas, e demais documentos de prestação de contas, obedeceram na sua conceção aos princípios e regras contabilísticos emanados da lei, POCAI, visando uma imagem verdadeira e apropriada do balanço dos resultados".* -----

Na mesma data, e reunião, o vereador Pedro Panzina, mostrou a sua preocupação pelo facto - "o revisor oficial de contas, Dr. Virgílio Macedo era dirigente distrital do PSD, sendo certo que as pessoas por serem do PSD não perdiam qualidades", isto consta de atas de reuniões de Câmara. -----

Leu com atenção o ponto 4 da ordem de trabalhos - relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e patrimonial do município de Valongo - confessou não ser dotado a números mas que é bom observador. -----

Viu os números e as rubricas e como as mesmas apenas apresentam resultados finais ficou sem saber onde e o porquê dos mesmos e desses somatórios. -----

Verificou afinal que tais resultados apresentados, assinados por *Virgílio Macedo - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*, depois de uma leitura ao relatório do auditor externo abriu outra página do seu correio eletrónico, enviada pelo Vice-Presidente João Paulo Baltazar, que lhe mandou um postal de boas festas e imediato retribuiu os bons votos. -----

Ficou a olhar para o postal, e para o presépio, uma simples árvore enfeitada tendo junto duas simpáticas figuras o burrito de baloiço, com as pernas presas, e o ursinho, e disse: *o Natal é feito de coisas simples, mas onde estão menino e a sua mãe, porque é que neste postal o burrinho tem as pernas presas? Será para distrair os meninos com o balancé?* -----

Ficou a pensar que o Natal é feito de coisas simples, de verdade e de justiça, e por isso o menino de Natal não teve vergonha de mostrar que nasceu numa manjedoura, ou será como os reis magos Belchior e Baltazar e o tal rei Gaspar, o Herodes os tenha enganado? -----

Ficou com dúvidas por causa das contas do balanço e do balancé, do burrinho e das patas presas. -----

O auditor externo, Revisor Oficial de Contas da Câmara e Presidente da Distrital do Porto do PSD e, segundo crê, também deputado da Assembleia da República está com o rei Gaspar. -----

O Natal é feito de coisas simples de justiça e de verdade, por isso não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

entendeu porque foi o relatório à Assembleia sem ter passado primeiro pela reunião de Câmara. E ficou de novo a pensar, mas a Câmara tem como seu assessor os serviços jurídicos o Dr., *no contexto de Natal o rei Belchior*, ou será que o enganaram como tentaram fazer também o Herodes aos outros?

Se necessitasse neste ponto de fazer um pedido de esclarecimento sobre o relatório apresentado, quem o pode dar se não foi à Câmara, ninguém - nem o Vice-Presidente pode responder, porque o relatório não passou pela Câmara Municipal. -----

É possível que a Câmara que tem como Vice-Presidente o Dr. João, *neste contexto de Natal, o rei Baltazar*, onde anda afinal o outro, o rei Gaspar, ou será que vem disfarçado de auditor externo. -----

Como o Natal é feito de coisas simples pensou: "que auditoria externa é esta"? Não duvida da sua bondade mas, no silêncio de Natal lembrou-se que o Natal é feito de coisas simples de verdade, de justiça de transparência por isso qualquer pastor, ou qualquer anjo pode ver e entrar, assim como numa noite de Natal. -----

Terminou dizendo que seria bom para as gentes e munícipes que as coisas por transparentes não os deixassem a duvidar das mesmas, pois a mulher de César não lhe basta ser séria é necessário também parecê-lo. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à apreciação o ponto **5. apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.** -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** disse que a parte final, a parte do relatório financeiro, vão tendo informação sobre as contas e podem ver se está mais ou menos. -----

Podem verificar o registo das omissões, aquilo que o relatório nunca tem, nunca fala, é o que se passa com o Gabinete Jurídico da Câmara, isto é a Câmara deve ter um processo em Tribunal contra pessoas, contra munícipes, contra empreiteiros, etc., deve haver processos contra a Câmara, nunca têm noção disso através do relatório, o relatório nunca relata coisas dessas. -----

Todos têm algum conhecimento como funcionam as Câmaras, e têm a noção de que isso é importante, *as próprias Câmaras muitas vezes têm dificuldade em controlar o que se passa mensalmente nos seus processos.* Sabe que isso é um problema em algumas Câmaras. -----

Disse de seguida que *gostaria que o relatório passasse a referir esse aspeto, porque saber o que se passa em alguns processos que tem relevância também é uma responsabilidade relevante para a Câmara, e para todos, nomeadamente para os Membros que querem saber o que se passa de facto na Câmara.* -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS Alexandre Manuel Silva Teixeira** disse "retomar um assunto que já foi à Assembleia", sendo hoje a terceira vez e que tem a ver com a sequenciação de algumas das Moções que foram aprovadas na Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O famoso alargamento da rede WIFI ao concelho de Valongo, a adesão do Município de Valongo ao programa de mobilidade elétrica MOBI.E, e a reunião no sentido de sensibilizar as entidades que atuam ao nível social no concelho no que diz respeito ao desperdício alimentar. -----

Quanto à rede WIFI, já foram feitos vários pedidos do ponto de situação da sequenciação da proposta aprovada na Assembleia Municipal, por unanimidade, algures no final de 2008 - proposta apresentada pelos alunos do concelho numa sessão da Assembleia Municipal de Jovens - e, em 2008, votada na Assembleia Municipal por proposta do CDS. -----

Essa proposta pretendia instalar uma rede WIFI, gratuita, nos parques do concelho, nas proximidades das cinco Juntas de Freguesia, no espaço envolvente da Câmara Municipal de Valongo, sítios que usufruem de algum movimento de pessoas. -----

Consequente com os repetidos pedidos do ponto de situação ficaram a saber que só foi possível efetuar a instalação em dois parques, no de Ermesinde e no de Valongo, uma vez que o custo da instalação nesses dois locais tinha sido orçado num valor muito superior àquele que se julgava o estritamente necessário, a instalação nesses locais orçou em cerca de 11 mil euros. -----

Com essa informação o CDS entendeu, por conveniente, solicitar todos os dados relativos à adjudicação. *Só ontem e, se calhar porque sabiam que tínhamos hoje a sessão finalmente, o gabinete do Presidente da Câmara fez chegar a esta Assembleia Municipal os dados e a informação que suportava o ajuste direto.*

Ficaram a saber que o alargamento da rede WIFI às cinco freguesias, e não a duas delas, não foi possível concluir por razões estritamente financeiras; foi executado um ajuste direto onde foi convidada uma única entidade para apresentar proposta, não foi sequer definido o valor base de adjudicação. ----- Sabe que a entidade era a única a ser convidada e, mais ainda, que a Câmara Municipal de Valongo estava obrigada a adjudicar qualquer que fosse o valor da proposta, desde que não ultrapassasse o limiar de um ajuste direto, conclui que *esse procedimento vai completamente ao arrepio daquilo que tem sido as recomendações dos diversos Tribunais no que diz respeito à transparência dos ajustes diretos.* -----

Nesse sentido gostaria de solicitar que a Câmara cumpra o requerimento apresentado pelo CDS e lhes faça chegar a cópia do contrato. Já recebeu quase todos os documentos e o único que ficou a faltar foi a cópia do contrato do serviço, bem como junto à cópia do contrato gostariam de ter acesso aos documentos que habilitaram o candidato. -----

Outra questão tem a ver com a preocupação que o CDS trouxe à AM no que diz respeito da adesão ao programa MOBI.E. (da mobilidade elétrica). -----

Foi proposto na Assembleia, aprovado por unanimidade, a adesão da Câmara ao programa de mobilidade elétrica, proposta votada em Dezembro de 2010, há um ano, 22 de Dezembro de 2010. -----

Disse de seguida que gostaria de tornar pública a sua declaração de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

interesses na matéria para que se possam evitar especulações. -----

Tem um cargo diretivo, numa organização privada, essa organização não tem fins lucrativos, tem por objetivo a promoção de Portugal e de empresas portuguesas, através de atividades de engenharia e desenvolvimento de produto, na área da aeronáutica e do automóvel, não vende carros elétricos, não vende baterias elétricas, não vende carregadores, vende sim engenharia altamente qualificada e, como tal, não tem interesses económicos na área, nem na adesão da Câmara ao programa MIBI.E, até porque essa adesão é gratuita, ficando clarificados os seus objetivos. -----

Disse de seguida que o CDS solicitou um pedido de esclarecimento sobre o pondo de situação no que diz respeito à adesão que permite Valongo agregar-se a uma rede alargada de 25 municípios, que são aqueles que estão neste momento integrados no programa de mobilidade elétrica nacional. -----

Mas, antes de Valongo poder aderir necessitava de criar um documento base, que é o plano municipal para a mobilidade elétrica, um documento que considera estratégico para todos os municípios, apesar da opinião contrária do responsável técnico pela elaboração do futuro PDM de Valongo, que achou que isso era uma coisa desnecessária, mas felizmente a própria Câmara o considera como sendo um documento estratégico, até porque reconheceu isso recentemente tendo elaborado o seu próprio plano para a mobilidade elétrica. -----

A criação do plano não é o mesmo que aderir ao programa MOBI.E, é antes o primeiro documento para se poder aderir. -----

Vieram recentemente a público, notícias que davam conta de um programa grandioso para Valongo, e que previa investimentos na ordem dos 405 mil euros até 2013, e a criação de 132 postos de carregamento para veículos elétricos, o que é falso. -----

Valongo precisa primeiro de mostrar o seu interesse ao programa MOBI.E, medida proposta na Assembleia Municipal, e que não está concretizada, e só depois se poderá candidatar a algum dos incentivos ao programa MOBI.E. ---

Na sequência do pedido dos pontos de situação das propostas aprovadas na Assembleia, ontem, os Líderes Municipais receberam, por e-mail, um documento com cerca de 5 mega, muito útil para os valonguenses: *era o plano da mobilidade elétrica da Câmara Municipal de Loures.* -----

A Câmara deve impor um bocado de mais brio, e um bocado mais de esmero nas respostas às solicitações da Assembleia, não pode enviar documentos desconexos só para não ser acusada de não responder. -----

O pedido de esclarecimentos é simples: *qual o ponto de situação da adesão da Câmara Municipal de Valongo ao programa MOBI.E de acordo com a proposta que foi aprovada em 2010.* -----

E se a resposta for: *ainda não concretizamos essa adesão, estamos a prepará-la*, é essa a resposta que deve ser dada e não enviar documentos que só embaraçam a Câmara Municipal de Valongo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Neste sentido solicitou à Câmara que informe a Assembleia em que data prevê que se encontra preparada para fazer a adesão ao programa MOBI.E, bem como informar a Assembleia quando a adesão estiver concluída. Não se espera mais nada. -----

Continuou dizendo que foi aprovada em Dezembro de 2010 uma Moção no sentido da Câmara Municipal de Valongo promover uma reunião, *que no texto dizia urgente*, no sentido de serem tomadas diligências na união de esforços no combate ao desperdício alimentar. -----

Essa reunião pretendia-se que tivesse lugar, com as Juntas de Freguesia, com as paróquias, com as IPSS e com as escolas. O CDS preocupa-se em ver cumpridas as decisões, por isso pediu um ponto de situação. -----

Também ontem receberam, por e-mail, uma cópia com folhas de presença de uma pretensa reunião - que se tenta passar como tendo sido convocada para dar sequenciação a iniciativa, reunião que teve lugar no dia 22 de Julho portanto seis meses depois - *uma reunião que se pretendia urgente, foi convocada com o propósito, em torno da Loja Social de Valongo, e tinha como objetivo único discutir e otimizar o trabalho realizado por todos. -----*

É fácil perceber que a Câmara não cumpriu e vive bem com isso, mas quando questionada sobre o seguimento que lhe dá não pode responder como respondeu. *Não cumpriu, foi lapso, foi esquecimento, se calhar já nem faz sentido cumprir mas é essa a resposta que se espera.* Qualquer outra acaba por causar ruído na relação entre a Assembleia e a Câmara. -----

Terminou dizendo que *a Câmara não deve entender as intervenções do CDS como uma oposição, deve de entendê-las, num ano difícil, como sendo intervenções contributivas e construtivas. É, pelo menos, o espírito com que elas são feitas. -----*

O senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau** começou por dizer que se congratulava com a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, como já sucedeu em Alfena. -----

Disse de seguida que estão no segundo ano de mandato e é de facto hora de balanços; já foram feitos vários balanços, tinha também intenção de fazer balanços mas, por vários motivos - entre eles o de que toda a gente faria balanços e que a hora daria para tal - resolveu fazê-lo numa próxima vez. ---

Não tem a preocupação, como o Membro do CDS tem, de referir que não é por ser contra nem ser a favor, pois é contra do que acha mal e sempre a favor do que acha bem, venha a ideia de quem vier, não tem essa preocupação, e pensa que ninguém terá essa preocupação. -----

Relativamente ao concelho o que pode dizer desde já, e já está no tal balanço que fará numa próxima Assembleia, dirá várias coisas mas pode adiantar que o concelho de Valongo veio muitas vezes no jornal, fez muitas capas e muitos títulos infelizmente tem que reconhecer, admitir, e confessar que não se lembra que nenhuma dessas vezes fosse por um motivo honorável, por uma ação que despoletasse aquilo que o concelho necessita.

Por vezes culpa de uns, por vezes culpa de outros, há uma coisa que lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

parece certa; **2012 não pode continuar assim, e os responsáveis a começar por nós e eles portanto, todos em conjunto têm que arranjar uma forma disso não ocorrer de novo.** -----

A senhora **Membro do Grupo Municipal do PS Ana Maria Martins Rodrigues** entregou à Mesa uma **Moção** que se anexa à presente ata como **Doc.10**. -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** fez a leitura de uma **Moção de Homenagem** anexa à presente ata como **Doc.11**. -----

Disse de seguida que a Coragem de Mudar não tendo sido poder e que nem com ele ao longo dos dois anos de mandato, realça um conjunto de aspetos que os caracterizaram e que, em jeito de balanço pretendem referenciar. -

Procuraram nos últimos dois anos pugnar pelo rigor, pela transparência e pela eficiência nas relações da Câmara com os seus munícipes. -----

Procuraram nesse sentido apelar, no âmbito da representatividade, de uma democracia mais participativa, mais interventiva, procuraram apesar do descalabro financeiro todo ele conhecido, da Câmara, dos vereadores e dos membros da Assembleia; *procuraram ser alternativa não procurando o problema onde seria possível encontrar a solução, mas sim colocar os munícipes em primeiro lugar, numa linha coerente que salvaguardou e procura salvaguardar os compromissos assumidos no âmbito da campanha eleitoral das autárquicas 2009.* -----

Procuram, também, nunca permitir que as restantes forças políticas, em sede de Câmara e Assembleia Municipal, colocassem o IMI em valores que de forma direta, ou indireta fossem onerar ou seja tornar mais onerosos os compromissos para com os proprietários. -----

No âmbito do plano administrativo e jurídico procuraram através dos seus vereadores na Câmara Municipal estabelecer boas práticas de conduta nos documentos que à Câmara e à Assembleia foram presentes. -----

Apesar de um adiar do PDM em revisão e "de um macro e big mapa de pessoal", que supostamente em 2011 ficaria concluído mas que porventura já não, pois não falta muito para terminar o ano. -----

Há um conjunto de aspetos a que a Câmara não tem dado valor, nem a dinâmica que é necessária sendo que muitos deles até estão plasmados nos seus compromissos eleitorais, como a defesa da identidade cultural, a produção, dinamização e valorização cultural da cidade de Ermesinde, a própria emergência social e o efetivo apoio proactivo às famílias e à população mais carenciada. -----

Um conjunto de aspetos que, mesmo assim e ainda a meio do mandato, esperam que os restantes dois anos que os separam de 2015 sejam concretizados *na linha daquilo que foram os compromissos da própria Câmara.* -----

Contudo e apesar de tudo, fazendo uma análise um pouco transversal daquilo que foi encontrado na documentação da Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Valongo, a Câmara mais preocupada com o passado e com o presente procurou estar sempre preocupada com o futuro. -----

Na revista municipal em **1999** encontram uma revista que diz - **Valongo concelho modelo** - no ano **2000** numa outra revista municipal de Valongo diz - **um concelho a construir o seu futuro** - *as eleições tinham sido em 93, no ano 2001 a Câmara investe no futuro do Município, os anos vão passando e o futuro vai ficando mais longe.* -----

Em **2009**, o ano das últimas eleições autárquicas, diz a revista de Valongo - **construir o futuro** - *de 93 a 2009 estava difícil de agarrar o futuro.* -----

Já em **Junho de 2005** diria a revista municipal, no âmbito do prémio nacional de excelência autárquica - **a Câmara Municipal de Valongo a melhor do país** - quem diria. -----

Não obstante de tudo, e apesar do Presidente da Câmara, ao Primeiro de Janeiro de **19 de Dezembro de 2008**, dizer que relativamente a Valongo, em 2008, *numa altura em que o plano de saneamento financeiro dizia que a própria Câmara estava a sofrer as mazelas da crise, diz o Presidente - 15 anos a crescer acima da média* – nisto, percebeu por que razão é que havia crise. -----

Apesar de tudo nada mudou, persistem os problemas, as dificuldades, aumentam as promessas, continuam os velhos vícios, as mordomias, o despesismo. -----

Em **2005** a Voz de Ermesinde traz à capa e à sua primeira página; diz o Presidente - *há duas ou três coisas essenciais no próximo mandato, uma fundamental é o novo mercado de Ermesinde.* -----

Finalmente **2009, o mesmo 2009 que se procurava o futuro**, diz a revista de campanha eleitoral - *na defesa da igualdade de oportunidades* - bem vistas as coisas procuraram saber onde está o exemplo. -----

Igualdade de oportunidades e igualdade de género algo que há muito a Câmara percorre na tentativa de encontrar mais um prémio, então na Câmara Municipal de Valongo encontram: dirigentes 32% são homens 68% são mulheres, técnicos superiores 29% são homens 71% são mulheres, assistentes técnicos 37% são homens 63% são mulheres, assistentes operacionais uma situação de carreira onde a formação profissional é mais baixa homens 66% e as mulheres 34%. -----

É caso para dizer que a Câmara Municipal de Valongo poderá avançar e encetar pela criação da comissão da condição masculina, é tempo de terem a igualdade e procurarem a luta pelo seu género. -----

Disse de seguida que é a primeira vez que se encontraram após a retirada de tapete ao vereador Arnaldo Soares, a retirada do pelouro das finanças. Um diário refere "a necessidade de o fazer, porque a expressão do Presidente da Câmara aparecer como representante do Município junto da banca dá outra força". -----

Finalmente, entendem que *ao aparecer como representante do Município junto da banca lhe dar outra força, concluem que se o Presidente aparecer na*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

banca com a mesma frequência com que aparece na Câmara ou na Assembleia o empréstimo bem pode esperar. -----

O senhor **Vice-Presidente da Câmara João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que tendo em conta a última intervenção pretendia dizer que o Presidente não está porque esta semana está de férias, o Presidente tem estado todos os dias na Câmara Municipal de Valongo. -----

Fiquei satisfeito porque a intervenção do Membro José Manuel Pereira foi a constatação das medidas de contenção que foram implementando, e que se traduzem em coisas tão simples quanto *no actual mandato não haver revistas municipais, portanto mais uma evidência de que o paradigma no modelo de gestão mudou.* -----

A senhora **Vereadora Maria da Trindade Morgado do Vale** disse que gostaria de responder a algumas questões que foram colocadas, *as escolas secundárias, a abertura do novo centro escolar, os horários duplos e as listas de espera no pré-escolar.* -----

Embora a Câmara de Valongo não tenha competências na área das EB 2.3 e do secundário, *tudo tem feito para que o concelho tenha escolas de qualidade, como tem no primeiro ciclo e no 1.º.* -----

Não tem sido fácil mas, desde que têm um novo diretor regional pediu-lhe para ir à escola EB 2.3 de Valongo e já estão a fazer o recreio, não será um recreio definitivo, porque com certeza que a verba disponibilizada para isso não será o suficiente. -----

Sobre a Escola Secundária informou estar a decorrer uma auditoria ao parque escolar e enquanto não tiverem o relatório final nada poderá ser feito. *Os duplos em Ermesinde, com o Centro Escolar Mirante de Sonhos os duplos em Ermesinde vão acabar, porque vão todos ter uma sala para terem as aulas ditas normais.* -----

Quanto às listas de espera nos 1.º há crianças para duas turmas, combinou com o Diretor do Agrupamento de fazer uma reunião com as Associações de Pais para ver como é que vão trabalhar a questão. -----

Primeiro porque os pais das crianças de Ermesinde já têm a sua vida feita com os filhos nos avós, nos infantários, nos ATL, e portanto isso iria ser uma revolução na vida deles, *têm que ponderar o que é que será melhor, se abrir por altura do carnaval, se só abrir em setembro, têm que ponderar, fazer essa reunião que vai acontecer dia 6 de janeiro, vamos tentar ver o que será melhor.* -----

Disse de seguida que tiveram o Conselho Municipal de Educação onde esteve o Dr. Orlando Rodrigues, que faz parte do Conselho, *onde ficou bem vincado que Valongo é um concelho que está interessado em que todos tenham acesso e à igualdade de oportunidades.* -----

Relativamente ao Membro Alexandre Teixeira que pôs uma questão sobre a reunião de que tinha pedido uns documentos; *a reunião foi feita e teve como objetivo trabalharem todos para o mesmo fim e para não haver sobreposição de listagem de pessoas que vão buscar os alimentos a uma IPSS e depois*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

vão buscar a outra. Nesse sentido estão a trabalhar para que o cruzamento de dados seja feito. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a admissão da **Moção de Homenagem** apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar e anexa à presente ata como **Doc.11**, sendo admitida por unanimidade. -----

O senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** disse que é com grande satisfação que vê todas as forças políticas unidas em torno de um grande homem. -----

Há sensivelmente um ano atrás, na mesma sala, a Câmara prestou a homenagem, naquele espaço que foi a vida de trabalho de Álvaro Mendes, ele faz parte de cada tijolo instalado na fábrica, e é curioso que volte à discussão o assunto exatamente naquele fórum e cidade. -----

A proposta foi presente a semana passada em Assembleia de Freguesia, já enviada à Câmara Municipal, não para aquela rua mas que fosse atribuída a toponímia Álvaro Mendes a um dos arruamentos a criar, mas faz sentido o arruamento proposto, o mesmo arruamento proposto pela bancada do PS na Assembleia de Freguesia, pois é um arruamento que ao seu cimo tem a casa onde viveu Álvaro Mendes até à sua morte. -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** disse que subscrevendo as palavras do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Ramalho falta ser apresentado na Moção e a proposta apresentada, no sentido da deliberação possa ser efetuado "na casa que foi fábrica que o Mendes trabalhou, e à fábrica onde durante muitos anos foi o seu coordenador e o responsável pela atividade que elaborou". -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a **Moção de Homenagem** apresentada pelo Grupo Municipal Coragem de Mudar e anexa à presente ata como **Doc.11**, sendo aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a admissão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PS e anexa à presente ata como **Doc.10**. -----

A senhora **Membro do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** disse que não obstante a razoabilidade de todos os considerandos, *não concordam de todo com a parte expositiva da moção*. ----

Por uma razão, diz-se *"manifestar a sua discordância com a decisão cega do governo em adiar as obras de requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, apelando ao recuo do governo e ao avanço imediato da obra"*. ----

Tiveram a confirmação pelo Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária de Ermesinde, a quem o Membro José Manuel Ribeiro fez a pergunta o que é que faltava para começar a obra e ele respondeu que era a adjudicação. -----

Face à pergunta dela desde quando estava a adjudicação para ser feita, o Presidente da Associação de Pais disse que desde o ano passado, que era aquilo que o Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde estava a dizer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, com a redação que está votam contra porque é uma Moção completamente tendenciosa dizer que a decisão foi cega deste Governo, foi deste Governo e foi do anterior que adiou desde agosto do ano passado até à tomada de posse do atual Governo, que aconteceu quase um ano depois de agosto do ano passado. -----

Portanto, não é só culpa deste governo, é deste governo e do outro, se aceitarem a alteração do dispositivo da moção para "a assembleia municipal apela à celeridade da conclusão da auditoria à parque escolar, desbloqueando assim o início da requalificação da escola devolvendo a dignidade àquele equipamento", votam favoravelmente se não vão votar contra a moção, com uma declaração de voto dizendo: -----

"Que ela é completamente tendenciosa, oportunista, há aqui uma clara oportunidade política da vossa parte ao apresentar esta moção nestes termos". -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que não devem confundir o que está em causa, uma coisa é uma não decisão de adjudicação, o *Presidente da Associação de Pais* o que disse, e confirmou, é que foi o atual Governo que decidiu parar, decidiu não avançar com a requalificação da Escola Secundária de Ermesinde. -----

Houve uma decisão de não avançar com esta obra e outras, as outras não lhe interessa, mas esta interessa porque está no concelho. -----

Estão presentes o Presidente da Associação de Pais, o anterior e outras pessoas que conhecem, e basta falar com os professores da Escola Secundaria de Ermesinde, o Presidente de Junta também sabe e conhece o caso, durante três anos a comunidade educativa na Escola Secundária de Ermesinde mobilizou-se para a requalificação da sua escola. -----

A Escola Secundária de Ermesinde para quem não conhece necessitava, e necessita urgentemente de uma intervenção profunda, durante três anos houve um envolvimento muito grande da comunidade, houve inclusive a aceitação de alguma penalização, basta ir à escola e percebe-se que ficaram para trás na colocação de uma série de infraestruturas, porque aceitaram que iam ter uma nova escola. -----

Não se confunda com o processo de auditoria à "parque escolar", é isso que o PS não quer que se confunda, porque se meterem tudo no mesmo saco estão a tentar branquear uma decisão que lesa o interesse do concelho de Valongo. -----

Houve uma decisão definitiva de não construção da nova Escola Secundaria de Ermesinde é isso que tem que ser penalizado. -----

Se o PSD está desconfortável com isso é um problema seu, porque se perguntar à Escola Secundaria de Ermesinde, aos professores, aos funcionários e aos alunos eles não vão aceitar, porque eles andam há três anos a ser penalizados para terem uma tão merecida escola nova. -----

Não fala da Escola de Valongo, porque é noutro processo mas também precisa de uma intervenção, é o caso da escola de Ermesinde que vão votar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

e a Membro Rosa Maria, do PSD, acha razoável os considerandos, os considerandos foi tudo o que ele disse, a conclusão óbvia é manifestar a discordância com a decisão, porque foi cega, foi uma decisão cega. -----

O senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** começou por dizer que o membro José Manuel Ribeiro disse foi que durante três anos a comunidade se envolveu para um projeto. — *Um projeto que à semelhança de todos os outros desenvolvidos pelo Governo do PS, e pela "parque escolar" criada pelo Governo do PS, era megalómano, estão a falar de uma obra para a qual o país não tem dinheiro, e não é essa a obra que a Escola Secundária de Ermesinde exige, a Escola Secundária de Ermesinde exige é a dignidade das instalações, que é aquilo que propõem com a alteração da redação.* -----

Agora, não tentem branquear o facto de em outubro, ou novembro, do ano passado terem assistido à apresentação do projeto que tinha sido aprovado, e que a obra ia arrancar como segunda data em fevereiro do ano seguinte, fevereiro deste ano, e recorda-se quem era o Governo em fevereiro deste ano. -----

De fevereiro passou para as férias da Páscoa, das férias da Páscoa passou para as férias do verão e, entretendo, depois caiu como caiu muitas outras obras porque descobriram que não tinham dinheiro para as fazer. -----

A informação que o Membro José Manuel Ribeiro tem ele também a tem, e tenho falado muitas vezes com o Dr. Álvaro sobre a questão. -----

Desafiava a Assembleia para que elencasse as obras da terceira fase que arrancaram, a Escola Secundária de Ermesinde, a sua requalificação, estava na terceira fase, Valongo estava na quarta, e as da quarta foram canceladas.

Na mesma notícia que o Dr. Álvaro Pereira teve conhecimento da suspensão da requalificação da Escola Secundária dizia que as da terceira fase não estavam canceladas mas sim suspensas até terminada a auditoria à "parque escolar". -----

Disse de seguida que não estão a dizer que discordam, até porque na Assembleia de Freguesia de Ermesinde uma Moção semelhante foi apresentada, e a bancada do PSD absteve-se pois recusam o ónus da obra não ter avançado. -----

Não estão contra a requalificação da escola, ninguém mais do que ele deseja a requalificação daquela escola, ninguém mais do que qualquer um de deles habitantes e naturais do concelho, e da freguesia de Ermesinde em particular, deseja mais a requalificação daquela escola. -----

Agora não querem um projeto que sabem que não vamos conseguir pagar, mas sim que se devolva a dignidade ao edifício, o equipamento que tinha sido destinado, pedem aquilo que é possível e para ser reposta a justiça. -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** disse que como Presidente da FAPEVAL, e nesse sentido o conhecimento que tem relativamente à requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, é que não chegaram a acordo com o avanço da requalificação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

porque, entretanto, foi aberto um diferendo, que em tempo útil não foi fechado, entre a Câmara Municipal de Valongo e a DREN na tentativa de abrir uma rua que seria a rua do prolongamento que entronca com a Av. Primavera. -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** começou por dizer em relação à Moção, numa próxima Conferência de Representantes vão ter que discutir os critérios de apresentação de moções, porque têm um espaço e aí tentar encontrar uma solução mais justa, porque estão a ser utilizadas algumas subtilezas que nem toda a gente percebe, e numa Assembleia Municipal custa-lhe estar a discutir isso. -----

Considera que não são importantes os pormenores que estão a discutir, pois em 27 de outubro de 2011 apresentaram na Assembleia Municipal uma Moção no mesmo sentido, e há coisas muito mais importantes do que isso. – Provavelmente o Membro José Manuel Ribeiro não esteve presente, não soube, mas apresentaram uma Moção, e além disso promoveram uma discussão temática sobre a questão na Escola Secundária de Ermesinde. ---- Terminou dizendo que é uma questão urgente, mas também não houve tempo, ao fim de um mês e tal, não podem estar a exigir, a única coisa que era mais correta era ter pedido uma explicação sobre o que é que o Governo diz sobre a Moção apresentada em outubro de 2011. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PS e anexa à presente ata como **Doc.10**, sendo **aprovada por maioria**, com a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 13 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Votos Contra: 10 votos contra do Grupo Municipal do PSD. -----

Abstencões: 9 abstencões, sendo: 6 abstencões do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS e 1 abstencão do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. ----

O senhor **Membro do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Nós podemos ter muitos defeitos no PS mas trabalhamos, e trabalhamos bem, fazemos o trabalho de casa. -----

O PS apresentou hoje esta Moção porque a Moção apresentada pela CDU no dia 27 de outubro, era uma Moção que visava, eu cito: -----

«- Proceder nestas escolas as obras de recuperação e manutenção com qualidade, aproveitando na íntegra as estruturas construídas, de forma a, economizando recursos conseguir melhorar sensivelmente as condições de trabalho e aprendizagem naqueles estabelecimentos de ensino; -----

- Ter em conta o carácter urgente e inadiável da requalificação destes estabelecimentos de ensino, dado o estado de degradação global dos edifícios.» -----

Por isso mesmo o PS entendeu que não correspondia àquilo que queríamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

dizer sobre a situação da Escola Secundária de Ermesinde, que é uma situação muito particular onde houve uma decisão cega que prejudicou um equipamento muito urgente, e muito importante para a qualidade do ensino nesta cidade. -----

Por ser uma Moção diferente apresentamos uma Moção hoje, e portanto fica esta declaração de voto sobre a razão de estarmos aqui hoje a votar uma Moção que foi aprovada. -----

O senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** fez chegar à Mesa uma **Declaração de Voto** que se anexa à presente ata como **Doc.13**. -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a admissão **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente ata como **Doc.9**, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 13 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Votos Contra: 11 votos contra, sendo: 9 votos do Grupo Municipal do PSD e 2 votos do Grupo Municipal do CDS. -----

Abstenções: 2 abstenções, sendo: 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. -----

A senhora **Membro do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

"Nós votamos contra estas conclusões do congresso da ANAFRE: -----

Primeiro, até pela reunião que fizemos da Conferência de Líderes da Assembleia Metropolitana, chegamos à conclusão de que muitos de nós estamos de acordo com a necessidade de uma reorganização do mapa autárquico do país, uma reorganização administrativa do país. -----

A maioria dos elementos lá presentes era favorável a essa reorganização, nós, PSD, temos consciência que é necessário uma reorganização do mapa administrativo do país, e portanto não podemos estar de acordo com conclusões que rejeitam claramente a reforma da administração local, proposta no Documento Verde. -----

Portanto, não podemos estar de acordo com uma forma destas se eventualmente não estamos muito de acordo com uma divisão do mapa do país a régua e esquadro, também não estamos de acordo com uma rejeição completa de uma reorganização administrativa. -----

O PSD vota contra porque precisamente está de acordo com a necessidade da reorganização administrativa do país." -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

"Nós votamos a favor disto porque tivemos uma reunião de líderes e ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

contrário daquilo que interpretou a Dra. Rosa Maria, eu também tenho direito de interpretar à minha maneira, a maioria dos presentes está contra esta reforma administrativa. -----

Até nos comprometemos a elaborar um documento, depois de ouvir as Assembleias de Freguesia, termos uma posição conjunta. -----

De qualquer das formas o que temos aqui não é uma Moção da CDU em relação ao problema da reestruturação da Administração Local, mas sim estamos solidários com o congresso da ANAFRE, que decidiu e aprovou por unanimidade, apenas com dois votos, com duas abstenções umas conclusões. -----

Nós estamos solidários com a ANAFRE, não estamos a apresentar uma proposta de reestruturação autárquica, estamos apenas solidários com os autarcas da Associação Nacional de Freguesias." -----

O senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho** fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

"Para os devidos efeitos declaro que me abstive na votação anterior pelas seguintes razões: -----

É competência da Assembleia Municipal pronunciar-se no âmbito do seu território, se não qualquer dia estamos aqui a discutir o Orçamento de Estado, já temos tanta dificuldade em discutir o Orçamento da Câmara Municipal, mal estamos no dia e que vamos discutir o Orçamento de Estado. Eu tive oportunidade, e fui o único Presidente de Junta do nosso concelho a estar presente no congresso da ANAFRE. -----

A postura tomada, perfeitamente arregimentada, para um convidado, independentemente de ser ele quem fosse, da ANAFRE foi vergonhosa, os insultos assobios e a convocatória por SMS foi vergonhosa. -----

Por entender que no âmbito das competências desta Assembleia Municipal nós devemos tratar de assuntos, e não são tão poucos quanto isso, referentes ao nosso território, e por ter participado desta discussão em sede própria, abstive-me desta votação." -----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a admissão da **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente ata como **Doc.8**, sendo admitida por unanimidade. -----

A senhora **Membro do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** disse que PSD vai votar contra a Moção, porque: -----

No item - "Reclamara a manutenção dos passes sociais para estudantes e para utentes com mais de 65 anos" - efetivamente quem tem parques rendimentos os estudantes, e reformados com mais de 65 anos têm descontos nos passes. -----

Portanto, também gostava que o filho tivesse um passe social, mas reconhece que quem tem possibilidades de pagar o custo, que nem é o próprio custo da viagem, deve pagá-lo. -----

Além, de que uma das preocupações é a justiça social, estão constantemente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

a falar da justiça social, e ao falar-se estudantes e utentes com mais de 65 anos que devem ter passes sociais, se calhar há pessoas com outras idades já depois de deixar de estudar e até aos 65 anos que, também, tem parques rendimentos e precisam de andar de autocarro, e não andam por não terem passes sociais. -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** disse que tendo em conta a intervenção da Membro Rosa Maria está aberto a uma sugestão no sentido de melhorar da proposta. -----

Portanto, abrir a possibilidade de pessoas com parques recursos terem direito à utilização dos transportes, com menos de 65 anos que atualmente não têm direito, está aberto à possibilidade da inclusão dessas pessoas virem a beneficiar, pois atualmente já não têm, e estão a cortar aos outros, mas se vai nesse sentido concorda. -----

O senhor **Membro do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que Moção foi apresentada na Assembleia Metropolitana do Porto, ele e a Membro Rosa Maria fazem parte, respetivamente, das bancadas do PS e do PSD, e que fazia uma proposta muito simples, pois pretende seguir a orientação de voto que seguiu lá, a abstenção, embora tenham votado ponto por ponto. -----

A questão que se coloca é se tiveram, abertura para retirar a questão da fusão dos STCP como Metro e manter o resto, não se misturar, se não, ele, pelo menos, não tem condições de votar favoravelmente uma coisa sobre a qual tem dúvidas, bem como o Governo do PS se comprometeu no sentido de dar mais racionalidade às entidades que gerem a capacidade de transporte existente. -----

Misturar a questão dos STCP com o Metro não faz muito sentido, se estiver disponível para retirar a alínea, falam só sobre a questão dos passes e da questão social, da sensibilidade social, agora não misturar a questão da fusão, porque na Moção diz que estão contra a fusão, há quem pense de uma forma há quem pense de outra forma, o que é certo é, que já o defenderam -----

Porque, em boa verdade, não faz sentido haver a administração dos STCP e a administração do Metro, pode haver uma única administração são tudo equipamentos públicos, estruturas públicas que podem ser geridas com uma única administração, com pouca gente. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a **Moção** do Grupo Municipal da CDU anexa à presente ata como **Doc.8**, sendo **reprovada por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a Favor: 11 votos a favor, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 3 votos dos Membros do Grupo Municipal Coragem de Mudar António Jorge Duarte do Aído, João Loureiro de Castro Neves, José Manuel Pereira. -----

Votos Contra: 13 votos contra, sendo: 10 votos contra do Grupo Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

do PSD, 2 votos contra do Grupo Municipal do CDS e 1 voto contra do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 7 abstenções, sendo: 3 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar e 4 abstenções dos Membro do Grupo Municipal do PS António Joaquim Queijo Barbosa, Ilídio José Teixeira Lobão, José Manuel Pereira Ribeiro e Orlando Gaspar Rodrigues. -----

De seguida colocou à votação a admissão da **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente ata como **Doc.7**, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à votação a *aprovação em Minuta* do **Ponto 3.1** sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____



As fotos com o Pai Natal

Seg, Dez 12, 2011

f Partilhar 15

Durante a Festa do Pai Natal muitas foram as crianças que aproveitaram a oportunidade para tirar uma fotografia com o Pai Natal. Ao carregar no link abaixo terá acesso a todas as fotos e poderá descarregar as que lhe interessam. É fácil, simples e cómodo. E o/a seu/sua filho/a vai agradecer esta recordação.

<https://picasaweb.google.com/gici.cmv/FestaDoPaiNatal2011?authuser=0&authkey=Gv1sRgCii5y7rErZDAwE&feat=directlink>

f Partilhar 15

Tags: animação cultural, Festa do Pai Natal, fotos com Pai Natal

<https://picasaweb.google.com/gici.cmv/FestaDoPaiNatal2011?authuser=0&authkey=Gv1sRgCii5y7rErZDAwE&feat=directlink>

- Nos tempos que correm, com os cuidados todos que se devem ter relativamente à privacidade das crianças, como é que se pode admitir que a Câmara exponha no seu site, de forma completamente desprotegida, 364 fotos de crianças. Será que todos os pais têm conhecimento deste facto, do risco que implica e deram o seu consentimento nesse sentido?

"Bons ofícios" do Sr. Presidente da AM junto do executivo, para:

- Que este passe a colocar online os Editais das reuniões ordinárias da Câmara.

- Dado que o Público apenas pode colocar questões à Mesa, solicito ao Sr. Presidente da AM o especial favor de aproveitar a presença do executivo nesta sessão, para se informar em que pé está o processo de contraordenação em curso elaborado pelo SEPNA da GNR, relativo à área conhecida como "Zona Industrial de Alfena II" (junto à nova Chronopost).

Voto de Pesar

Doc. 2

António Marques de Oliveira, Presidente da Junta de freguesia de Valongo, desde 1993, e
na qualidade membro da Assembleia Municipal de Valongo, deixou-nos muito recentemente
de forma precoce.

António Marques de Oliveira, foi um
distinto Filho da nossa terra, onde se destacou
na vida profissional e política como Homem bom
que gostava de ajudar o próximo, pelo que a
sua ausência é uma imensa perda para a
Cidade de Valongo e para o Concelho.

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida
em sessão ordinária no dia 28 de Dezembro de
2011, após um voto de pesar pelo falecimento
de António Marques de Oliveira, valonguense
ilustre da nossa terra, aprovou igual // um
minuto de silêncio.

Em sessão, 28 de Dezembro de 2011

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valongo

Senhores Deputados Municipais,

Senhores Vereadores,

Cidadãos presentes,

Antes de mais é sempre de relevar quando os órgãos autárquicos descentralizam a sua acção política, e o facto de estarmos hoje reunidos na principal cidade do nosso Concelho é motivo de satisfação para todos os grupos políticos representados neste órgão deliberativo e de fiscalização do município, esperemos que o órgão executivo também cumpra a sua parte, designadamente no cumprimento de promessas antigas feitas às gentes desta terra, e nesse sentido, ocorre-me desde já a tão necessária e urgente requalificação da zona do mercado de Ermesinde, promessa antiga que teima em ser cumprida, mas também as tão necessárias estruturas desportivas que escasseiam nesta cidade e que têm forçado a nossa juventude a procurar alternativas nos concelhos vizinhos.

A Autarquia de Valongo, governada desde 1993 pelo Partido Social Democrata, bateu no fundo e encontra-se no presente à deriva, sem rei nem roque, e ainda por cima na pior situação financeira possível, ou seja, está falida com uma dívida global muito próxima dos 71 Milhões de Euros, sendo que a dívida a fornecedores atinge o valor de 31 Milhões de Euros, entre dívidas facturadas e compromissos assumidos, o que está a asfixiar dezenas e dezenas de fornecedores e parceiros do município que esperam e desesperam meses a fio pelos pagamentos a que têm direito e de que tanto necessitam.

Entre os parceiros do município que também marcam passo nesta gigantesca fila de espera encontramos as Juntas de Freguesia, as Associações e Colectividades, como os Bombeiros, as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Agrupamentos escolares, que sendo chamados a assinar protocolos de colaboração com a autarquia no início de cada ano, são depois forçados a esperar o ano todo para nem sempre receberem os montantes protocolados a tempo e horas, o que agrava as dificuldades de gestão destas entidades que de boa fé colaboram com o município para manter a tão necessária coesão social no concelho, com um custo global para o município muito reduzido, mas que apesar disso não tem sido prioritário na política de pagamentos da Câmara Municipal.

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

Parece muitas vezes, e em política o que parece é muitas vezes o que é de facto, que as dívidas de baixa monta às colectividades e associações, incluindo Bombeiros, Juntas e Escolas, servem para fazer uma espécie de chantagem junto dos autarcas locais dos partidos que não governam a autarquia, o que revela falta de respeito, abusiva manipulação dos poderes públicos perante as expectativas criadas junto destes parceiros fundamentais, que pela sua natureza dependem sempre dos apoios públicos, mas que não podem estar dependentes sempre de critérios e necessidades políticas de quem governa a autarquia.

Já por duas vezes no corrente ano, decidiu o Partido Socialista de Valongo contribuir para a viabilização do processo de saneamento financeiro do município, exigindo somente em contrapartida a assunção do erro no modelo de gestão adoptado nos últimos 18 anos, bem como um conjunto de compromissos políticos de investimento estratégico nas cinco freguesias do concelho com tradução no plano e orçamento de 2011 e anos seguintes, para além de total transparência na cultura política de gestão do município.

Entretanto mais de um ano depois de iniciarmos a discussão em torno do saneamento financeiro do município, eis que o Tribunal de Contas devolve à Câmara o processo com o forte conselho de que se deveria ponderar reiniciar o processo de contratação do empréstimo para financiar o Plano de Saneamento Financeiro, para além de fazer uma desagradável e preocupante observação, que a ser verdade, revela uma incompetência técnica inadmissível no tratamento de dossier tão sensível para a vida do nosso município.

Durante todo o período em que de boa fé dialogamos com o executivo sobre a questão do saneamento financeiro, sempre com a ausência do Presidente da Câmara, acabamos por sentir uma desconfiança que se revelou e se revela na frequente ausência de partilha de informação ou partilha a muito custo, o que, para além de ser incompreensível no momento em causa também revela incapacidade política para enfrentar um desafio que ultrapassa em muito a lógica meramente partidária.

É bom recordar o ponto de partida que o ainda Presidente da Câmara Municipal encontrou no início do seu já longo ciclo de poder em Valongo, ora, em Dezembro de 1993 a nossa autarquia tinha 596 funcionários, o que comparando com os actuais 867 funcionários representa um aumento superior a

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

45% em 18 anos, e as dívidas a fornecedores e empreiteiros bem como de médio e longo prazo da autarquia de Valongo em 1993, totalizavam 5 Milhões de Euros, o que comparando com o actual passivo da mesma natureza, que ascende a cerca de 50 Milhões de Euros (sem a dívida à EDP que é de cerca de 21 Milhões de Euros), representa um aumento de mais de 1000% em 18 anos.

Estamos em crer que uma das razões que mais contribuiu sem dúvida para este crime de irresponsabilidade financeira que pode hipotecar a capacidade das gerações futuras de agarrarem o futuro, foi sem dúvida a cultura política de pouco informar, de pouco escutar e de pouco justificar, de quem nos governou nos últimos 18 anos e que já não podemos tolerar mais, especialmente nos tempos difíceis que atravessamos, em que devemos ser absolutamente transparentes nas decisões políticas, até porque são aquelas que irão condicionar o nosso futuro colectivo.

A verdade é que passados mais de dois anos desde as últimas eleições autárquicas, nada aconteceu para além do pesado fardo financeiro que nos será legado pelo Presidente da Câmara Municipal, não existindo vontade nem coragem para racionalizar a estrutura orgânica do município, não existindo vontade nem coragem para descentralizar competências para as freguesias, não existindo vontade nem coragem para dar mais transparência à gestão do território e às oportunidades de investimento, não existindo vontade nem coragem para analisar com profundidade as vantagens para o município das concessões de Estacionamento de Valongo e Ermesinde e da concessão de Águas e Saneamento, entre outras questões de fundo.

Para baralhar ainda mais o quadro, o Presidente da Câmara Municipal de Valongo decidiu retirar a confiança política ao seu suposto principal aliado na vereação, o Vereador com pelouro delegado na área mais sensível do actual mandato, ou seja, as finanças municipais e em particular o processo de saneamento financeiro, que lhe poderia salvar a face de ficar na história da nossa terra como o Presidente que deixou calotes e dívidas às gerações vindouras.

O Partido Socialista não reclama mais que os outros partidos, mas só pelo facto relevante de por duas vezes termos viabilizado o saneamento financeiro exigimos ser informados sobre as verdadeiras razões que levaram a tão inesperada decisão do senhor Presidente da edilidade, que para além do mais lançou seguramente o descrédito total da nossa autarquia junto de várias entidades externas, designadamente bancos, de quem necessitamos para saldar os milhões em dívida e o Tribunal de Contas que à distância vai apreciando as "cenas" deste filme a preto e branco.

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

É bom que se saiba e que se diga, que o Partido Socialista não acredita na justificação dada pelo Presidente da Câmara Municipal, quando afirma que fez o que fez para dar mais força política e institucional ao Plano de Saneamento Financeiro do município, pois ninguém consegue mais força política quando enfraquece a sua base política de apoio, e no presente o Presidente da Câmara já só tem seguros três votos em nove possíveis!

A retirada de competências do órgão Câmara, delegadas no início do mandato no Presidente da autarquia só peca por tardia, pois deveria ter acontecido logo em Março do corrente ano, como aliás estava aprovado na primeira versão do Plano de Saneamento Financeiro, mas apesar disso veio revelar como o Presidente da Câmara de Valongo não tem qualquer força político-institucional, pois até os seus vereadores sociais democratas se abstiveram na retirada dessas mesmas competências delegadas e até à data não é conhecida nenhuma posição política do PSD Valongo de clara solidariedade com o seu presidente de Câmara.

De facto, uma análise fria e racional ao período final dos ciclos políticos permite-nos compreender com facilidade o que está a acontecer em Valongo, mas a degradação política que se atingiu no presente em Valongo, não tem paralelo, e os danos provocados na imagem da nossa terra demorarão alguns anos a ser consertados, com prejuízo para todos os valonguenses já cansados de tantas e tão repetidas notícias negativas sobre a sua terra!

Mas infelizmente, as notícias negativas sobre a incapacidade reinante no município vão persistir, desde logo porque deveríamos estar hoje a aprovar as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o Mapa de Pessoal para 2012, conforme determina a lei que regula o funcionamento das autarquias locais, mas não, por incapacidade, por incompetência, por incúria, ou por qualquer outra razão não houve a sagesa de compreender o quanto importante e decisivo é para a nossa credibilidade colectiva designadamente no exterior, o cumprimento dos prazos no planeamento e aprovação dos instrumentos de gestão do município, sem descurar a audição prévia dos partidos representados nesta assembleia, o que ainda não aconteceu e revela por isso mesmo um desrespeito pelo Estatuto do direito de oposição consagrado em lei.

Não queremos acreditar que este atraso na elaboração dos documentos de gestão do município para 2012 se deva à retirada de competências ao senhor Vereador que detinha o pelouro das finanças, nem que se deva à devolução do processo de saneamento financeiro pelo Tribunal de Contas, pois

nesse caso, estaremos perante uma total irresponsabilidade na gestão da coisa pública, o que agrava ainda mais o sentido de deriva que se instalou no município.

Apesar de sabermos que o prazo de validade do actual executivo municipal e do seu Presidente se esgotou à muito, também não ignoramos que provocar eleições antecipadas não é um cenário fácil nem de fácil compreensão pelas populações da nossa terra, que a concretizar-se teriam no espaço de ano e meio duas eleições autárquicas, o que num momento como o actual, para além de escandaloso pelos recursos desbaratados iria agravar o divórcio das populações com os políticos e com os partidos.

O único caminho possível continua a ser, na nossa óptica, o que temos vindo a preconizar, enquanto força responsável de mudança no Concelho, e que passa pela manutenção de um elevado sentido de responsabilidade e de defesa intransigente dos superiores interesses de Valongo, colocando os interesses públicos municipais em primeiro lugar, designadamente honrar os compromissos com todos os credores da autarquia e muito em particular com as forças vivas da nossa terra, que apesar das migalhas que recebem da Câmara muito fazem para manter viva a esperança de um mundo melhor.

Mas existe uma condição prévia decisiva, que é a vontade genuína e a capacidade política de com boa fé junto de todos os partidos representados na Assembleia Municipal, procurar soluções mais consensuais e mais abrangentes, designadamente na definição de um caminho para comermos a resolver o problema financeiro do município, questão transversal que perdurará por vários mandatos, mas também para clarificarmos de uma vez por todas, a partir dos órgãos municipais e não por iniciativas avulsas de autarcas uma política clara de utilização do nosso território, designadamente no que diz respeito às áreas de localização de actividades económicas, pois num município a deriva como o nosso a vulnerabilidade a dinâmicas fora do interesse público é maior e por isso mesmo mais preocupante.

Vivemos de facto, um período negro na história dos 175 anos do nosso Concelho, muito por culpa da falta de planeamento e de rigor das maiorias que se foram formando e desfazendo ao longo do tempo, confundindo desenvolvimento com betão e agora damos conta que o verde está em falta nas nossas ruas, que a mobilidade para todos não foi devidamente acautelada e que será agora agravada com as medidas na área dos transportes que condenarão muitos dos nossos concidadãos a não

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

saiem de casa, que a vida em comunidade é muito mais que a organização de festas e festividades e que deve ser centrada numa cidadania activa, que nos deixamos transformar num território de segundo plano no quadro da Área Metropolitana do Porto, onde infelizmente para muitos a vida é mais tentar sobreviver do que viver e desfrutar a vida intensamente!

E em boa verdade podíamos ter feito de forma muito diferente, podíamos ser hoje um município de referencia para as famílias, para as empresas e para as colectividades, mas acabamos por ser uma terra que não atrai famílias apesar dos milhares de fogos novos que não se vendem, que não atrai empresas porque não o sabe fazer, e que vai perdendo algumas das suas colectividades que encontram noutras paragens o tão necessário apoio público para poderem existir.

Acreditamos no entanto, que o nosso concelho e os seus mais de 94 000 habitantes, nas cinco freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo, serão capazes de encontrar um caminho alternativo de oportunidades para os jovens e menos jovens, empresas, colectividades e associações, que façam da nossa terra um destino com futuro!

Todos somos poucos para os desafios que temos pela frente no plano local e metropolitano, e o que se exige de nós, cidadãos eleitos para o desempenho de funções civico-políticas, é uma atitude de seriedade e coragem para enfrentar os problemas e não dissimulá-los, respeitando obviamente as diferenças, que são salutares em democracia, mas não as usando sistematicamente enquanto desculpa para adiarmos decisões numa autarquia profundamente desmotivada, sem liderança e sem rumo.

A seu tempo chegará a hora dos cidadãos de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo, se pronunciarem sobre os políticos e as organizações políticas que governam a nossa terra, até lá devemos fazer o melhor que conseguirmos pelo nosso município, criticando quando é de criticar e elogiando quando é de elogiar!

É para isso que cá estamos, é com isso que podem contar da parte dos socialistas de Valongo, pois nós gostamos da nossa terra, queremos dar mais voz às populações e forças vivas, e estamos a prepararmo-nos de forma colectiva para assumir todas e quaisquer responsabilidades que as populações entendam ser merecidas, não por demérito da acção ou dos erros dos nossos adversários políticos, mas fundamentalmente por mérito das nossas propostas e da nossa acção política, porque são melhores e mais adequadas aos anseios das populações!

PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

Aproveitamos o momento para desejar a todos um ano de 2012 em que não se perca o sentido da solidariedade e da fraternidade entre todos, e que os decisores municipais na nossa terra, saibam sempre ler com sensatez os sinais do tempo, pois iremos atravessar um período muito perigoso, onde a incompreensão e a intolerância tenderão a ganhar terreno, com consequências complexas que não podemos nem queremos antecipar!

Valongo, 28 de Dezembro de 2011

Grupo Municipal do Partido Socialista

(José Manuel Ribeiro)



Grupo Municipal do PSD

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo

28/12/2011

Ex^o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Eng^o Campos Cunha

Restantes Membros da Mesa

Ex^a Câmara

Ex^{os} Senhores Deputados

Ex^o Público

Senhores Jornalistas

Uma boa noite.

Antes de mais, espero que todos tenham tido um Bom Natal e faço votos para que esta quadra continue a correr a contento de todos.

Porque esta é a última sessão do ano de 2011, em nome do Grupo Municipal do PSD, vou fazer um curto balanço deste ano que agora acaba.

A nível nacional, tivemos eleições para Presidente da República, eleições para a Assembleia da República e dois Primeiros Ministros.

Começamos o ano a ouvir o então Primeiro Ministro, o Eng^o José Sócrates, a afirmar que não iríamos pedir ajuda financeira externa, pelo simples facto de tal não ser necessário, mas na verdade era por isso, quando viu chumbado o PEC IV, apresentou a sua demissão. Realizaram-se eleições e passamos a ter uma nova maioria Parlamentar e um novo Governo. A austeridade que já se fazia sentir no final do mandato Sócrates continuou e agravou-se em cumprimento dos compromissos assumidos no Memorando de Entendimento celebrado entre Portugal e a Troika - FMI, BCE e Comissão Europeia.

A nível local, o ano de 2011 é um ano de mudança em termos políticos.

Valongo sentiu os efeitos da recessão, nomeadamente a quase paralisação do sector da construção civil e a consequente diminuição drástica das correspondentes receitas municipais; a redução das verbas transferidas do Orçamento do Estado para as autarquias; a diminuição do valor arrecadado em impostos municipais em consequência da retracção económica, entre outras. Apesar do já elevado endividamento, concluiu-se a reformulação do parque escolar e reforçou-se a acção social. Mas por tudo isso e não só, as dificuldades financeiras da Câmara agravaram-se ... daí que o ano que agora termina seja um ano em que começou um novo ciclo na vida do Município, pois começaram a ser implementadas medidas de contenção que vão criar as condições de sustentabilidade para o nosso futuro. Tais medidas e outras que irão ser implementadas fazem parte do plano de Saneamento Financeiro que desejamos possa ser posto em prática num curto espaço de tempo. Desejamos, também, que no próximo ano, fique concluído o Plano Director Municipal, instrumento de gestão territorial tão importante para um saudável desenvolvimento/crescimento urbanístico do Município.

Por fim, porque estamos em Ermesinde, dizer que a face desta freguesia, nos mandatos liderados pelo Dr. Fernando Melo, mudou completamente. Prova disso é o local onde estamos a realizar esta Assembleia Municipal – de uma fábrica completamente em ruínas, cheia de silvas e ratos, que servia de sala de “chuto” para toxicodependentes, fez-se este belo fórum que a todos nós valonguenses orgulha, penso eu, e que é não só um símbolo para a cidade de Ermesinde mas também para todo o concelho. Mas não se fez só isso, também se

- resolveu o problema da então Fertor, com os cheiros nauseabundos que a todos incomodava, mesmo àqueles que apenas atravessavam Ermesinde;
- resolveu o problema da falta de água;
- requalificou o centro da cidade;
- construiu uma rede de saneamento com uma taxa de cobertura de quase 100%;
- construiu um acesso à auto-estrada que veio melhorar a circulação automóvel na zona da Formiga;
- requalificou a Vila Beatriz ...

Enfim, ao longo de dezassete anos transformou-se Ermesinde numa cidade aprazível e com qualidade de vida.

Até mais com o bom trabalho, Presidente do partido da freguesia,
Agora, mesmo para terminar, a todos desejo, em termos pessoais, profissionais e políticos, um Bom Ano de 2012.

Pelo Grupo Municipal do PSD

Rosa M. M. M. M.

*deixamos as nossas
luzes, por o seu trabalho
deixar o futuro das suas
“freguesias”, e é para a defesa
dos interesses destes que foi eleito*



EXPOSIÇÃO

A Carta Educativa tem como suporte legal o **Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro**, tendo como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, **ser parte integrante do seu desenvolvimento social**.

A Carta Educativa do concelho de Valongo foi homologada em **20 de Novembro de 2007**, pela então Ministra da Educação, Prof. Maria de Lurdes Rodrigues.

"A Carta Educativa é entendida como um processo inacabado e não como um mero documento, pelo que implica necessariamente a sua **permanente atualização e monitorização/avaliação**, processo esse que está previsto no próprio documento. Como tal, **anualmente a autarquia procede à recolha de diversa informação atualizada junto dos diferentes agentes educativos, mediante a aplicação de questionários**".

Devemos ter em conta estes dados/estudos para o planeamento da nossa rede escolar, o que nem sempre tem sido feito de maneira mais adequada, realçando aqui a situação de Ermesinde, pois ainda temos escolas do 1º Ciclo a funcionar em regime duplo (EB1/JI da Costa e do Carvalhal) e um grande grupo de crianças em lista de espera para a Educação Pré- Escolar, enquanto a freguesia de Alfena fechou salas por falta de crianças.

Salienta-se ainda a sobrelotação das Escolas EB 2,3 de S. Lourenço e Secundária de Ermesinde.

Foi ampliada a Escola EB 2,3 de S. Lourenço no lugar da construção da EB 2,3 da Palmilheira, porém ao invés de construírem o novo pavilhão com 12 salas de aulas normais, construíram apenas com 6. O pavilhão de aulas antigo, construído há 30 anos, está degradado e necessita de uma reforma urgente. São péssimas as condições, principalmente na altura do inverno e da chuva para as crianças do 2º ciclo da referida escola.

As obras de requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, previstas para o ano transato, ainda não começaram, e será que começarão algum dia? Muitos dos nossos alunos do ensino secundário estão a "fugir" para os externatos ou escolas do Porto.

Alertamos ainda para o facto de que nem sempre as escolas têm o número de funcionários adequado para um bom funcionamento das mesmas.

Está agendada para setembro a abertura do Centro Escolar de Mirante dos Sonhos, esperamos que assim seja, pois os cidadãos ermesindenses estão cansados de ver a educação deixada para segundo plano.

Não queremos ver o nosso dinheiro gasto em festas ou em campanhas eleitorais, queremos sim uma efetiva melhoria na educação do nosso concelho!

Esta é a única forma de tornar esta cidade melhor: Educação em 1º lugar.

Valongo, 28 de dezembro de 2011

O Grupo Municipal Coragem de Mudar

Valongo, 28 de dezembro de 2011

HOSPITAL PRIVADO DE ALFENA

Está prevista para 9 de Janeiro, a inauguração do hospital privado de Alfena.

Tanto quanto sei, uma das contrapartidas assumidas pela administração do referido Hospital, é garantir que na admissão de pessoal, uma certa percentagem, seja da freguesia de Alfena; tem a Câmara conhecimento destas contrapartidas? Está a Câmara a acompanhar o cumprimento das mesmas?

CENTRO DE SAÚDE DE ALFENA

Uma das dificuldades e condições para a construção do Centro de Saúde de Alfena, era a garantia de um terreno para a construção do mesmo.

Tal condição foi garantida ao Ministério da Saúde e há terreno.

No local e há largos meses, encontra-se uma placa publicitária a indicar: FUTURAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE SAÚDE DE ALFENA; ALFENA A PENSAR EM SI.

A pergunta é esta: sabe a Câmara alguma coisa sobre o futuro Centro de Saúde de Alfena?

OBRAS NA RUA PRESAS DE SÁ EM ERMESINDE

Sofreu algumas obras a Rua de Presas de Sá em Ermesinde; e em ambos os sentidos, os remendos que são visíveis, são remendos muito mal deitados.

A pergunta que faço é: estão concluídas as obras? Os remendos são para ficar assim?

ESTRADA 606, QUE LIGA ALFENA A SOBRADO, EM PÉSSIMO ESTADO

Ainda no mandato anterior, um dos argumentos que a Câmara utilizava para a sua não intervenção na estrada 606, que liga Alfena a Sobrado, era a de que esperava que o Governo, para aplicação de portagens na SCUT paralela, hoje classificada como A-41, garantisse como era prometido, a existência de alternativas dignas desse nome, às SCUTS.

Se o Governo o fizesse, cumpria o compromisso assumido e libertava a Câmara de Valongo, duma despesa que não lhe competia.

Hoje, há portagens na referida SCUT.

E a estrada 606, que liga Alfena a Sobrado, em certos pontos está uma miséria.

ESPECULAÇÃO NA VENDA DE TERRENOS NA ZONA INDUSTRIAL DE ALFENA

Que houve especulação na venda dos terrenos, parece que ninguém tem dúvidas porque ninguém desmente tais notícias.

Mas muito se tem falado e possivelmente especulado em relação ao assunto dos terrenos da Zona Industrial de Alfena.



Que é negócio de milhões; que o sobrinho de um antigo Presidente está envolvido; que Vereadores estarão implicados; que a Câmara teve responsabilidades nas informações tendenciosas que deu; e um sem número de acusações tornadas públicas através da imprensa, a que cabalmente ninguém dá resposta.

Para que os munícipes de Valongo, saibam distinguir o trigo do joio; para combater a desacreditação galopante de que todos são iguais; e para defesa de quem indevidamente possa estar a ser acusado; é preciso conhecer a verdade.

E para descobrir a verdade, há Órgãos Públicos que existem apenas para isso e que já deviam ter actuado.

Se o fizeram ou não, nós CDU, não o sabemos.

Mas para que a verdade venha ao de cima, a nós o que nos resta, é recorrer a quem de direito.

E por isso, nesta Assembleia quero informar, que o PCP, utilizando um direito que lhe é conferido, tomou a iniciativa de recorrer ao Ministério Público, para que diligencie no sentido de apurar, tudo o que deve ser apurado.

BREVE APRECIACÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Valongo, tem andado nas bocas do mundo e pelos piores motivos.

São as possíveis negociatas de terrenos, atrás faladas.

É o processo de saneamento financeiro, que dá voltas e mais voltas e não sai do sítio.

São bancos em vias de falência e que posteriormente faliram, que avalizam empréstimos, mas porque não têm dinheiro é por isso que faliram.

São bancos que apesar de consultados, não se disponibilizam para emprestar um tostão à Câmara.

É o tribunal de contas que não dá aval ao processo.

É a retirada de poderes ao Presidente da Câmara pelos vereadores da oposição.

É a retirada de poderes aos vereadores da maioria, pelo próprio Presidente da Câmara.

É a perda de confiança na maioria, por parte do PS, que no início deste mandato, afirmando ser um partido responsável, respeitava a decisão do voto popular e o PSD por ter ganho as eleições e por isso, deu o seu voto nos poderes atribuídos ao Presidente.

É o não respeito pelo voto popular por parte do PS, ao retirar agora os poderes que no início atribuiu ao Presidente, baseado no respeito pelo voto popular.

São as dívidas a curto prazo de dezenas de milhões que não são pagas.

É o resultado das privatizações do que era possível privatizar e foi privatizado, deixando o bife para os privados e os ossos para o Município.



É o desconforto de já não ter mais nada para privatizar e porque do que resta, não dá lucro e os privados não estão interessados.

É o aumento da dívida que não pára e que tem como solução apontada, a venda de dívida, para aumento de dívida a curto prazo, porque a Câmara não vai poder pagar nestas condições a dívida que tem hoje.

Com uma situação destas, é urgente e necessário arrepiar caminho e partir à procura de novas soluções.

E não nos digam que fomos nós um obstáculo que levou a este ponto.

Porque esta maioria, governou quase sempre com maioria absoluta e deixou-nos este legado.

E para a sua solução, está provado, que até o próprio Tribunal de Contas está em desacordo.

O caminho? Ano após ano e na apresentação dos respectivos Planos e Orçamentos, nós temo-lo apontado.



MOÇÃO

Alterações na oferta de transportes públicos

No âmbito da concretização do designado Plano Estratégico de Transportes, o Governo preparou um estudo tendo em vista uma reorganização da oferta de transportes públicos e a privatização, por agora apenas parcial, das empresas públicas de transportes.

Segundo notícias recentemente vindas a público, perspectivam-se em breve:

- Na STCP (Sociedade de Transportes Colectivos do Porto): redução e privatização de linhas, sobretudo nas ligações aos concelhos de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Maia e Valongo; redução de serviços; redução da oferta nocturna, aos fins de semana e feriados;
- Na CP (Comboios de Portugal): a privatização das linhas suburbanas do Porto;
- Na Metro do Porto: renegociação do actual contrato de subconcessão, tendo em vista a redução dos quilómetros contratados e efectuados;
- Aumentos muito significativos de tarifários e o fim dos tarifários monomodais;
- Alteração da localização de terminais de autocarros, nomeadamente de empresas privadas de transportes públicos.

Os transportes públicos são uma função social do Estado da maior importância para garantir o direito à mobilidade das populações, cada vez mais afectado pelos aumentos dos preços dos combustíveis e pela colocação de portagens nas ex-SCUTs.

Os impactos da eventual concretização das medidas acima referidas serão brutais para os utentes dos transportes públicos.

A Assembleia Municipal de Valongo, tem a responsabilidade de acompanhar, no sentido da salvaguarda dos interesses dos munícipes de Valongo, as alterações que se forem verificando em matéria dos principais serviços públicos, a exemplo do que tem acontecido com outros municípios da nossa área.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 28 de Dezembro de 2011, delibera:

11. Promover em tempo útil uma reunião envolvendo as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, representantes do Ministério da Economia, da Autoridade Metropolitana de Transportes, das administrações da STCP, CP e Metro do Porto, com vista a uma avaliação das medidas perspectivadas para os transportes públicos.

Valongo, 28 de Dezembro de 2011

A CDU– Coligação Democrática Unitária

PRIMEIRO PLANO

CORTES NOS TRANSPORTES



BRAGA

Aumento da procura apesar da reestruturação

Os Transportes Urbanos de Braga (TUB) têm em curso uma reestruturação, iniciada em Maio, aquando da abertura do novo hospital. Com 75



linhas, as mudanças têm correspondido, com aumento global da procura a fixar-se nos 3,72%, apesar de terem sido suprimidas algumas linhas, melhoradas outras e reduzidas umas quantas. Na estratégia dos TUB não se enquadra a passagem para a exploração de linhas por privados, garantiu o administrador Carlos Malinho.

Menos autocarros e passes mais

STCP vai sair de 16 ligações e reduzir serviço em 22, focando a oferta no centro do Porto

— DOLIA MOU
diária@jnp.pt

A STCP vai desistir de mais de um terço das linhas para fora do Porto e manter apenas as de maior procura. Os privados que fiquem com as carreiras deixam de poder terminar linhas no centro da cidade. E os passes, com a intermodalidade, podem voltar a aumentar.

Das 44 linhas que a STCP opera actualmente dentro da Área Metropolitana do Porto, 16 passam a ser operadas por privados e 22 sofrem alterações — em quase todas redução de oferta ou supressão de serviço nocturno ou ao fim-de-semana. O objectivo é conseguir uma redução de serviço para os 22 milhões de quilómetros por ano (foram 30 milhões em 2010 e já houve redução de oferta no corrente ano).

Esta reestruturação da rede faz parte da proposta entregue pela STCP ao grupo de trabalho ao qual o Governo deu a missão de fazer uma revisão das redes de transportes das áreas metropolitanas. No documento, ao qual o JN teve acesso, a STCP declara-se disposta a fazer apenas os percursos dos quais tem concessão, subcontratando algumas a privados e deixando de operar em concessões alheias, por estar já alargada a rede Andante.

Aumento de 16%

O preço dos passes, segundo apurou o JN, poderá aumentar para alguns utentes, assim que a intermodalidade estiver alargada a toda a rede, provavelmente a partir de Janeiro. O actual passe monomodal A da STCP poderá ter que ser substituído por um passe Andante Z3, que é 16% mais caro. A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto fará jus ao nome — abranda ou deixa operações em Matosinhos (sai de duas linhas), Maia (reduz oferta em todas as cinco linhas), Valongo (deixa cinco linhas), Gondomar (sai de cinco linhas) e em Vila Nova de Gaia (deixa uma linha e reduz serviço em sete). No total, suspende 25% do total do serviço.

Transportes Reestruturação das linhas da STCP

Proposta da empresa ao grupo de trabalho

AUTOSINHOS

500 Leixões - Mercado de Matosinhos
Redução de frequência no serviço nocturno aos domingos

501 Sá da Bandeira - Matosinhos (passo)
Sem alterações

502 Balaia - Mercado de Matosinhos
Redução de frequência ao domingo (matutina e vespertina)

503 Balaia - Gaiães, Matosinhos
Termino passos para Matosinhos Shopping, Serviço da Horta do Hospital Pedro Hispano. Alterações no percurso entre Fátima e Senhora da Horta. Paragem de paragem entre Rio Vasco da Gama e Gaiães, assegurada por linha 133 da Rede de

504 Balaia - NorteShopping
Redução de frequência aos sábados e domingos

505 Hospital de S. João - Matosinhos Mercado
STCP deixa a linha e passa operação a Balaia

506 H. S. João - Matosinhos Mercado
Redução de frequência aos finais de semana dos dois

507 Gondomar - Leça da Palmeira
STCP deixa a linha, que é substituída com linha 104 da Rede de. Mas continua a 104 para da Gondomar para a Casa da Música

508 Balaia - Cabo da Roca
STCP passa a fazer percurso só até Espadale, Rede de transporte para o Cabo da Roca, não vai de Balaia a termino na Casa da Música

61 Matosinhos - Valongo
STCP passa a operar linha entre Matosinhos e a Fátima, passando por a estação de Estremoz, para chegar à CP

GAIA

27 Zona Francisco
STCP abandona a linha, caracterizada por viagens Sequência Urbana e Urbana por se tratar de uma linha urbana

900 Trindade - Santa Ovídia
Redução de oferta aos dias úteis e fim-de-semana

901 Trindade - Valadães
Redução de oferta aos dias úteis no tronco entre o Cabrito e Valadães

902 Balaia - Lavaredos
STCP passa a operar de forma intercalada com a linha 12 da RCT, frequência de 15 minutos nos finais de semana e 30 minutos fora desses horários

903 Balaia - Vimeiro
Redução de oferta aos finais de semana dos dias úteis no tronco entre Lavaredos e Santa Ovídia

904 Trindade - Colindres
STCP passa a operar de forma intercalada com a linha 12 da RCT, frequência de 15 minutos nos finais de semana e 30 minutos fora desses horários

905 Balaia - Monte da Virgem
Sem alterações

906 Trindade - Madalena
Redução de oferta nos dias úteis no tronco entre o Cabrito e a Madalena

907 Balaia - Via D'Este
Linha suspensa desde meados 2009 até 2011 e vai ser substituída por uma linha entre Vila D'Este e Santa Ovídia no período diurno

MAIA

600 Alameda - Maia
Linha passa a terminar na Borda (Vila Verde). Redução de frequência entre Maia-Fátima e Gaiães

601 Candeia - Aeroporto
Supressão do serviço nocturno e redução de frequência no domingo de manhã. Quando obtida concessão, poderá ser feita dentro para NorteShopping

602 Gondomar - Aeroporto
Redução de frequência: Alteração de percursos na zona de Vila Nova da Leiria

VALONGO

603 Marquês - Maia Zoo
Supressão do serviço nocturno e redução nos dias úteis, sábados de manhã e domingos (antes de 2006 da oferta). Eventual alteração de percursos entre Parques e Maia, com Vimeiro a ser servido de outra forma

604 H. S. João - Aeroporto
Supressão do serviço nocturno e redução de oferta ao domingo

GONDOMAR

Principais pontos de procura
Fátima, Maia, Parques de Matosinhos, Praça e Alto de Maia

VALONGO

Principais pontos de procura
Estação de Valongo, Câmara de Valongo, Estremoz, Ladeira, Lavaredos e Fátima

GONDOMAR

Principais pontos de procura
Mercado de Matosinhos, Santa Cruz do Bispo, Aeroporto, NorteShopping, Hospital Pedro Hispano e S. Marinho

GAIA

Principais pontos de procura
Mercado de Matosinhos, Santa Cruz do Bispo, Aeroporto, NorteShopping, Hospital Pedro Hispano e S. Marinho

GAIA

Principais pontos de procura
Santa Ovídia, Vila D'Este, Candeia, Candeia, GaleaShopping, Largo dos Anadões, Largo Sousa dos Reis, Câmara de Gaia e Arribado Shopping

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA

Principais pontos de procura
Gondomar, Santa Ovídia, Santa Eulália, S. Pedro da Casa, Rio Tinto, Estremoz, Rio Tinto, Aguiar, Vimeiro, Nova, Balaia e Fátima

GAIA



AVEIRO

Carreiras nocturnas vão ser suprimidas em 2012

A empresa de transportes municipais aveirenses, MoveAveiro, deverá suprimir, em 2012, as carreiras nocturnas com menos de 10 passa-



geiros. Este ano, a MoveAveiro reestruturou os horários de Verão, onde diminuiu nove turnos. Foram também reestruturadas as linhas 5, 6 e 7, para evitar duplicação de horários nos mesmos trajectos. A MoveAveiro tem actualmente oito linhas que efectuam a ligação de Aveiro com as todas as freguesias do município.

COIMBRA

Reforço das carreiras em ano "complicado"

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) vão reforçar as carreiras no próximo ano, sobretudo em hora de

ponta. "Sabemos que vai ser um ano complicado, mas não deixamos de procurar concretizar as necessidades dos nossos utentes", afirma o administrador dos SMTUC, Manuel Oliveira. Vão ainda entrar quatro novos motoristas. O plano de actividades dos SMTUC será apresentado segunda-feira na Câmara Municipal.

caros

Considerando apenas o serviço fora do Porto, a redução chega aos 35%. Em 2010, os autocarros da empresa pública percorreram, fora do concelho central, 14,816 milhões de quilómetros; em 2012, deverão percorrer 9,657 milhões de quilómetros. Propõe-se conseguir isso suspendendo operação em seis linhas e cessando contratos com privados noutras dez - ou seja, deixando as carreiras para exploração comercial.

A sociedade mantém, contudo, a operação nas linhas que ligam alguns dos pólos de maior procura ao centro do Porto, como a linha da praia de Matosinhos, as ligações de Alfena e de Ermesinde, assim como as linhas provenientes de Gondomar (centro, Avenida da Carvalho e S. Pedro da Cova).

Fica a controlar a operação no concelho do Porto, passando os privados a terminar carreiras nas entradas da cidade. A ideia é abandonar 57% da operação em Gondomar e 45% em Matosinhos. Em Valongo e na Maia (o concelho com menor cobertura da STCP), a operação fica reduzida em cerca de menos 25%. Em Gaia, reduz, na globalidade, 18% do serviço. O JN tentou obter um comentário da STCP, mas a administração da sociedade não quis pronunciar-se.

Ligações que paravam no Bolhão deixam de o fazer

Os operadores privados ficam, quase sem excepção, obrigados a mudar o término das suas linhas para fora do centro do Porto. Os novos terminos, conforme constam da proposta que a STCP entregou ao Governo, ficam em entradas da cidade com ligação ao metro - Hospital de S. João, Campanhã ou Dragão e Casa da Música. Vários autocarros com partida e chegada ao Bolhão (a maior parte das carreiras de fora do Porto) ou da Condorária vão deixar de o fazer. É o caso, por exemplo, das linhas 104 ou 119 da Resende, e de três linhas de Gondomar que passam para a Gondomarende (55,69 e 70), mas deixam de parar no Bolhão.

Metro do Porto sem mexidas até 2015

Até ao fim da concessão

O grupo de trabalho criado pelo Governo para estudar a reestruturação dos transportes públicos na Área Metropolitana do Porto recomenda que, no caso do Metro do Porto, a oferta seja reduzida quando a actual concessão da operação terminar.

Fonte conhecedora do processo adiantou ao "JN/Dinheiro Vivo" que as propostas do grupo de trabalho, liderado por Pedro Gonçalves, sugerem que quando a actual subconcessão terminar e se inicie uma nova negociação, o que vai acontecer em 2015, o contrato seja mais flexível para permitir mexer na oferta. A ideia é que a empresa contratualize um menor número de quilómetros, uma vez que a Metro do Porto paga ao concessionário pelos quilómetros contratados e efectuados.

Objectivo é que a empresa faça menos quilómetros, por forma a reduzir os custos

Quanto à CP a principal sugestão do documento entregue ao Governo no final do mês de Novembro é o alargamento da área de abrangência do tarifário Andante na Área Metropolitana do Porto.

O documento sugere, também, vários cortes nas carreiras da STCP sobretudo nas ligações a Matosinhos, Gaia, Maia, Matosinhos, Gondomar e outras localidades da área metropolitana.

O "JN/Dinheiro Vivo" apurou que a empresa de transporte rodoviário de passageiros do Porto é que terá mais alterações a nível dos serviços se a proposta do grupo de trabalho liderado por Pedro Gonçalves for para a frente.

O estudo aponta, ainda, para o alargamento a todas as ligações e a todos os operadores de transportes públicos e privados do sistema de tarifário Andante.

ANA PAULA LIMA



Utentes do metro de Lisboa continuarão a beneficiar do serviço até ao limite do horário actualmente em vigor

Metro de Lisboa já não fecha mais cedo

À uma da manhã e não às 23

A proposta entregue ao Governo para a reestruturação das empresas de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa contempla medidas que já foram sendo conhecidas, mas deixa de fora o encerramento mais cedo do Metroropolitano de Lisboa.

Esta foi uma das propostas mais contestadas pelas 18 câmaras desta área metropolitana e que não foi bem acolhida pelo ministro da Economia. Álvaro Santos Pereira considerou que a sugestão, "a partida, não faz sentido" porque "nenhuma capital europeia fecha o metro às 11 da noite". Ou seja, manter-se-á o horário de encerramento à uma da manhã.

O documento do grupo de trabalho criado pelo Governo e liderado por Pedro Gonçalves propõe para o Metro de Lisboa "a implementação de um novo modelo de oferta, alterando as frequências entre comboios, de acordo com a procura e em troços específicos", a "introdução do regime de marcha económica em todas as linhas", redu-

Outros cortes

CARRIS

16 carreiras suprimidas, das quais dez urbanas e seis suburbanas. Os percursos afectados são as carreiras 10, 49, 79, 777, 790, 797, 203, 205, 208, 21, 25, 76, 745, 753 e o eléctrico 18.

TRANSTEJO

As ligações fluviais entre o Cais do Sodré e o Seixal e entre o Cais do Sodré e o Montijo vão ser reduzidas, passando a ser efectuadas apenas nos dias úteis e períodos de ponta. A ligação entre a Trafaria e Belém deve ser eliminada e as ligações entre Cacilhas e o Cais do Sodré e entre o Barreiro e o Terreiro do Paço passam a ser realizadas com "navios de baixo consumo" e antecipa-se a hora de encerramento e reduz-se a frequência ao fim-de-semana.

CP

A empresa tem em vigor desde domingo novos horários nas linhas suburbanas e sugere-se agora um novo horário nas linhas de Sintra e Azambuja.

zindo a velocidade de 60 para 45 quilómetros por hora e o fecho "de átrios secundários de diversas estações". Para a Carris é proposta a supressão de 16 carreiras e mexidas nos horários e percursos em mais 42 ligações. No transporte fluvial assegurado pela Transtejo as ligações entre o Cais do Sodré e o Seixal e o Cais do Sodré e o Montijo seriam reduzidas aos dias úteis e

Autarquias da Área Metropolitana tinham contestado antecipação do fecho do metroplano

períodos de ponta. O grupo propõe ainda o fim da ligação Trafaria e Belém. Na CP as alterações passam por novos horários.

A reformulação da rede de transportes em Lisboa gerará uma poupança anual de 20,84 milhões de euros. Na Carris a poupança será de 8,52 milhões de euros, na Transtejo de 7,2 milhões, no metro de 4,77 milhões e na CP de 350 mil euros.



PROPOSTA ENTREGUE A GRUPO QUE ESTUDA REVISÃO DA REDE DE TRANSPORTES P2 E 3

STCP corta serviços e viagens encarecem

► **Empresa** elimina 16 ligações e reduz oferta em 22 linhas



Governo já tem estudo para concessão de linhas da CP

Carlos Cipriano

● A CP entregou na semana passada ao Governo o estudo da consultora A. T. Kearney sobre os modelos alternativos de subconcessão do serviço ferroviário suburbano das linhas de Lisboa e Porto a empresas privadas.

O documento, que custou 243 mil euros, estabelece também os vários cenários possíveis para a duração do contrato entre o Estado e os concessionários e quais as respectivas compensações financeiras pelo serviço a prestar, a cedência dos comboios, a afectação do pessoal e o contrato de manutenção do material circulante.

O modelo para o qual o Governo se inclina nem será, em rigor, uma concessão, visto que não será o Estado a concessionar o serviço, mas sim a própria CP. Estará assim em causa uma subconcessão, em que o operador público incumbente - a CP - entregará a exploração ferroviária suburbana de Lisboa e Porto a empresas privadas mediante um concurso público.

Os grupos Barraqueiro e Transdev já fizeram saber que estão interessados nestas concessões. O primeiro é o

maior operador privado de transportes públicos em Portugal, detentor da Fertagus, dos metros do Porto e do Sul do Tejo e de várias empresas rodoviárias, e o segundo é uma multinacional de origem francesa que opera em 28 países.

José Luís Catarino, administrador da Barraqueiro, diz que o seu grupo tem provas dadas em termos de competência e competitividade e sublinha que tem conseguido resultados positivos pela Fertagus (que explora a linha suburbana entre Lisboa e Setúbal pela ponte 25 de Abril) já vai deixar de receber dinheiro do Estado e o próprio Metro do Porto espera para este ano resultados operacionais positivos.

"Não tememos a concorrência porque temos muita competência e *know how*", diz o administrador, quando confrontado com a experiência de um grupo internacional como é a Transdev. De resto, a própria Barraqueiro é detida em 30 por cento por uma multinacional - a britânica Arriva, que por sua vez é detida em parte pelos caminhos-de-ferros alemães, DB.

Por sua vez, Alain Descamps, administrador da Transdev, argumenta

com "a nossa experiência internacional e competência técnica em todas as partes do mundo" para concorrer às concessões da CP Lisboa e CP Porto.

Em Portugal este grupo tem mais de 2000 funcionários, operando sobretudo nos transportes rodoviários, mas é responsável por dezenas de concessões ferroviárias em vários países. O seu administrador diz que o caso alemão e o australiano são os mais próximos da situação portuguesa e que em ambos a Transdev conseguiu



baixar significativamente os custos de exploração sem prejuízo da qualidade da oferta. Alerta, contudo, que os privados só por si "não fazem milagres" e que tudo depende dos termos dos contratos de concessão.

"Quando há gorduras não se pode pensar que vamos fazer uma revolução. As coisas têm de ser geridas de

uma forma humana e com concertação, sobretudo ao nível do pessoal, que não deverá ir para a rua só porque entrou um privado", diz.

Estando a Barraqueiro a operar na Grande Lisboa através da Fertagus poder-se-á dizer que a CP Lisboa seria o mercado natural daquele grupo? José Luís Catarino diz que não há um "mercado natural", mas reconhece que há sinergias nessa situação. E não tem medo de falar em monopólio, que "é vantajoso para a empresa e para as pessoas" uma vez que se podem reduzir custos de exploração graças às economias de escala. Exemplo disso, diz o administrador, é que a privada Fertagus só aumentou o seu tarifário em 7,5 por cento, enquanto na CP Lisboa e nos outros operadores públicos esse aumento foi de 15 por cento.

Já o investigador em transportes, José Manuel Viegas, diz que as desvantagens do abuso de posição dominante numa situação de monopólio podem ser maiores do que as vantagens das economias de escala. E que isso só pode ser evitado se o contrato de concessão for blindado do ponto de vista do interesse público.

MOÇÃO

Em defesa dos transportes públicos a preços sociais

Considerando que:

8. Encontra-se em curso um plano de fusão das empresas públicas de transportes STCP e Metro do Porto, cujos critérios e consequências estão por explicar, sendo pública a intenção de proceder à privatização da futura Empresa de Transportes do Porto;
9. O fim dos passes sociais de estudante e para utentes com mais de 65 anos foi decidido pelo actual Governo;
10. Existe a perspectiva de terminar com os passes monomodais, que representam para muitos utentes soluções mais baratas do que o tarifário "Andante";

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 28 de Dezembro de 2011, delibera:

- ▲ Reclamar a manutenção dos passes sociais para estudantes e para utentes com mais de 65 anos;
- ▲ Reclamar a manutenção dos passes monomodais;
- ▲ Manifestar a sua oposição à opção de fusão da STCP e da Metro do Porto na Empresa de Transportes do Porto suportada em critérios economicistas e privatizadores;
- ▲ Enviar cópia desta deliberação ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Economia, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, às Assembleias e Câmaras municipais da Área Metropolitana do Porto e à Autoridade Metropolitana de Transportes.
- Publicar este documento no sítio de Internet da Assembleia Municipal de Valongo.

Valongo, 28 de Dezembro de 2011

A CDU – Coligação Democrática Unitária

MOÇÃO

Solidariedade com as conclusões do XIII Congresso da ANAFRE

Realizou-se, em 2 e 3 de Dezembro, o XIII Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) sob o lema "As Freguesias na Reforma do Estado".

Com a participação de 1300 delegados e cerca de 500 observadores eleitos, o Congresso significou a grande e perene vitalidade do Poder Local Democrático, a vontade de todos em prosseguir o seu trabalho no sentido da dignificação da Freguesias e dos seus Eleitos e em defesa das populações que representam.

Pela importância deste Congresso, efectuado num momento tão decisivo para o futuro do regime democrático e pela relevância da Moção de Estratégia nele aprovada, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 14 de Dezembro de 2011, delibera:

- Saudar a realização do XIII Congresso da ANAFRE;
- Manifestar solidariedade com as decisões aprovadas no XIII Congresso da ANAFRE, constantes das conclusões tornadas públicas (vd.anexo), e com as acções reivindicativas assumidas nesse fórum;
- Enviar cópia desta moção à ANAFRE, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, às Assembleias Municipais, Câmaras e Juntas de Freguesia da Área Metropolitana do Porto e à Associação Nacional de Municípios;
- Publicar este documento no sítio de Internet da Assembleia Municipal de Valongo.

Valongo, 28 de Dezembro de 2011

A CDU – Coligação Democrática Unitária



O XIII CONGRESSO NACIONAL da ANAFRE, realizado nos dias 2 e 3 de Dezembro de 2011, em Portimão, foi participado por 1300 Delegados e cerca de 500 Observadores Eleitos, em representação de Juntas e Assembleias das Freguesias associadas da ANAFRE.

Constituiu um momento político nacional de grande relevância para o Poder Local Democrático que, no decurso da sua já longa história, não tem sido devidamente prestigiado.

Os Delegados ao Congresso, representantes das Freguesias, analisaram a actividade desenvolvida pela Associação Nacional de Freguesias nos dois primeiros anos do mandato em curso.

Sob o lema: «AS FREGUESIAS NA REFORMA DO ESTADO», o Congresso debateu, criticamente e de forma muito participada, os impactos do «DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL» no futuro das Freguesias e na vida das populações.

O XIII Congresso legitimou os Órgãos Sociais da ANAFRE a prosseguir o seu trabalho no sentido da dignificação das Freguesias e dos seus Eleitos.

Aprovando a Moção de Estratégia - AS FREGUESIAS NA REFORMA DO ESTADO - o Congresso fixou as linhas de orientação do trabalho da ANAFRE para o biénio 2012/2013, proclamando as seguintes:

CONCLUSÕES

- A ANAFRE e as Freguesias rejeitam, claramente, a Reforma da Administração Local proposta no Documento Verde.
- A ANAFRE e as Freguesias entendem que o “Documento Verde” não preconiza um modelo adequado à realidade social portuguesa nem garante ganhos de eficácia e eficiência para o Poder Local, nem respeita a vontade das populações.
- A ANAFRE e as Freguesias entendem que o modelo de Reforma do Poder Local deve obedecer ao princípio democrático da consulta popular e auscultar as populações.
- A ANAFRE e as Freguesias querem ver clarificada a partilha das competências próprias e reforçado o seu elenco, através da conversão das competências delegadas em próprias das Freguesias.
- Os Protocolos de Delegação e Contratualização de Competências, quando existam, deverão ter carácter universal e vincular as partes para todo o mandato.
- Entendem a ANAFRE e as Freguesias que o modelo eleitoral actual, quanto à constituição dos Órgãos das Freguesias, é adequado, necessitando, apenas, de alguns ajustes na constituição do Órgão Executivo.



- As Freguesias e a ANAFRE exigem que nada impeça os Presidentes de Junta, Membros das Assembleias Municipais por inerência, de participar em todas as votações naquele Órgão, como Membros de pleno direito.
- A ANAFRE pugnará pelo cumprimento rigoroso da Lei das Finanças Locais, garantindo, em simultâneo, que seja integralmente cumprida a Lei nº 11/96, de 18 de Abril.
- A ANAFRE empenhar-se-á na proposta de alteração legislativa que ordene a restituição do IVA suportado pelas Freguesias nos serviços sociais que presta às populações, à semelhança do regime para IPSS e Comunidades Religiosas.
- A ANAFRE promoverá a clarificação e abolição das normas do Orçamento do Estado que determinam a retenção das verbas do FFF de algumas Freguesias para o Serviço Nacional de Saúde.
- A ANAFRE garantirá a dignificação do Mandato dos titulares dos Órgãos da Freguesia, promovendo a revisão dos cargos, face às novas competências a atribuir às Freguesias.

O XIII CONGRESSO NACIONAL DA ANAFRE admitiu e debateu dezassete Documentos versando matérias diversas da vida política das Freguesias, cujo teor vai merecer acolhimento no seio da ANAFRE.

Aprovados nos termos da Lei e do Regulamento do Congresso, serão divulgados pelos meios de comunicação de que a Associação dispõe e vinculam os Órgãos Sociais no biénio 2012/2013.

Portimão, 3 de Dezembro de 2011



PS VALONGO – A FORÇA DA MUDANÇA

Moção

Pela Requalificação da Escola Secundária de Ermesinde

Tendo em consideração a importância estratégica da modernização do parque escolar, que através da recuperação e modernização dos edifícios escolares, potencia uma cultura de aprendizagem, divulgação do conhecimento e aquisição de competências;

Tendo presente que a modernização do parque escolar estimula a abertura da escola às comunidades, recentrando a escola nos meios urbanos em que se inserem, criando condições espaço funcionais e de segurança, para que nos horários pós ou extra-escolares, os edifícios possam ser utilizados pela comunidade no âmbito das actividades associadas à formação, contínua (pós-laboral), aos eventos culturais e sociais, ao desporto e ao lazer;

Tendo em consideração que o parque escolar do secundário em Ermesinde e em Valongo, se encontra numa situação preocupante de completo desajustamento às necessidades actuais da comunidade escolar, o que é infelizmente acompanhado pela situação de sobrelotação das EB 2,3 de Valongo e de Ermesinde;

Tendo presente que os problemas das Escolas Secundárias de Ermesinde e de Valongo, colocam problemas graves de retenção dos alunos e de atração de professores, o que lesa e prejudica as famílias do concelho e os profissionais de educação;

Tendo em consideração que as condições degradadas existentes nas Escolas Secundárias de Ermesinde e de Valongo, prejudicam seriamente a lógica de investimento realizado na modernização da rede de escolas do primeiro ciclo;

Tendo presente que as obras de requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, integradas na 3ª fase do programa de modernização do parque escolar do secundário, num valor de 17 200 000 Euros, e financiadas em cerca de 85% por fundos comunitários, se encontravam em fase final de adjudicação da obra, o que motivou inclusive a autarquia a não realizar este ano a Expoval no recinto da escola;

Tendo em consideração o elevado investimento de toda a comunidade educativa da Escola Secundária de Ermesinde, que se envolveu no projecto para fazer avançar alguns anos a escola e sem contar foi atirada para trás pelo menos em três anos, o que gera inquietação na comunidade escolar, que se vê distinguida negativamente relativamente a outras escolas da imediação;

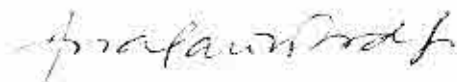
Tendo presente que a Escola Secundária de Ermesinde foi duplamente penalizada, pois enquanto houve a perspectiva de requalificação, acabou preterida na instalação de quadros interactivos e computadores, entre outros equipamentos, criando a título de exemplo a situação de existir 1 quadro interactivo para cerca de 40 turmas;

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em Sessão ordinária no dia 29 de ^{dezembro} ~~Outubro~~ de 2011, delibera:

- Manifestar a sua discordância com a decisão cega do Governo em adiar as obras de requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, apelando ao recuo do Governo e ao avanço ~~da~~ imediato da obra;
- Dar pública nota desta deliberação à imprensa, bem como enviar cópia ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro da Educação, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, bem como às direcções da Escola Secundária de Ermesinde e da Escola Secundária de Valongo

Ermesinde *dezembro*
~~Valongo~~, 29 de ~~Outubro~~ de 2011

O Grupo Municipal do Partido Socialista





Coragem de Mudar

Doc 11

MOÇÃO DE HOMENAGEM A ÁLVARO JORGE FERREIRA MENDES

Álvaro Jorge Ferreira Mendes, recentemente falecido, é o exemplo do paradigma do cidadão e desportista na mais elevada acepção do termo: exemplo de dedicação à causa eclética ao seu Clube de sempre – o Clube de Propaganda da Natação – que ele considerava como a sua segunda família, onde ingressou na década de 40.

Álvaro Mendes viveu e sentiu, como poucos, a vida do Clube e da Freguesia que o acolheu. Ao Concelho de Valongo, deixou conselhos de dignidade e exemplos que consolidaram gerações de crianças, hoje homens e mulheres, para quem o Sr. Mendes prestava especial atenção, carinho e formação cívica e desportiva.

Falar de Álvaro Mendes corre-se o risco de esquecer muito mais do que o que se nos lembra dizer. É que um homem destes não tem biografia oficial possível. Foge aos critérios correntes, violando as regras básicas dos compêndios.

Nascido a 10 de Abril de 1926, em Paredes, praticou Natação, Atletismo, Basquetebol, Futebol, Ginástica Educativa, Saltos em Trampolim e Voleibol. Contudo foi no Ténis de Mesa que como treinador, levou o nome de Ermesinde bem longe e bem alto. Conquistou 21 Títulos Nacionais Fez campeões e fez homens.

Foi dirigente da Associação de Ténis de Mesa do Porto e da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa. De ambas é Sócio de Mérito.

Em 1991, no âmbito das Comemorações do 50º Aniversário do CPN, homenageando o Homem, o Dirigente e o Desportista, a Câmara de Valongo condecora Álvaro Mendes com a Medalha de Valor Desportivo em Prata Plaqueada a Ouro, conferindo-lhe a Direcção do Clube o Título de Presidente Honorário do CPN.

Nos últimos anos da sua vida, outras homenagens se lhe seguiram. A Câmara, o Concelho, a Cidade e o Clube prestavam o tributo ao Homem que é apenas e somente o triunfo da juventude que não amadurece, que resiste à erosão do tempo e às mutações cíclicas das modas sociais e desportivas.

Neste âmbito e aproveitando a ocasião da realização em Ermesinde, de uma Sessão da Assembleia Municipal, 85 anos após o seu nascimento, o Grupo Municipal Coragem de Mudar, propõe que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua reunião de 28 de Dezembro de 2011, delibere:

1-Prestar homenagem a Álvaro Jorge Ferreira Mendes, através da atribuição do seu nome na Toponímia da Cidade de Ermesinde.

2-Atribuir a Álvaro Jorge Ferreira Mendes, o nome da Rua recentemente aberta e que entronca com o cruzamento da Rua Miguel Bombarda e Rua de S. Lourenço, local junto à Casa onde viveu.

Ermesinde, 28 de Dezembro de 2011

P'lo Grupo Municipal Coragem de Mudar

200 13

Ermesinde, 28 de Dezembro de 2011

Declaração de Voto

Na qualidade de Presidente da Junta da Freguesia de Ermesinde e de membro da bancada Social-Democrata, sirvo-me desta oportunidade para esclarecer que o voto contra, no que respeita à moção apresentada pelo Partido Socialista, não configura uma posição contra a urgência e necessidade da requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, mas sim contra a proposta de texto apresentada.

Urge esta intervenção e os esforços desenvolvidos pela Câmara, em articulação com a Junta da Freguesia de Ermesinde são a prova inequívoca do nosso reconhecimento dessa urgência.

Não aceitamos porém, que após os sucessivos adiamentos do início da obra, resultado da ineficácia e ineficiência da Parque Escolar e o desinteresse demonstrado pelo Governo anterior, venha agora, o Partido Socialista, imputar responsabilidades como se nunca tivesse gerido este processo.

Não iremos pactuar com "manobras de diversão" e por isso votamos favoravelmente a Moção apresentada a 27 de Outubro pela CDU, com a inclusão das escolas Secundária e EB 2/3 de Valongo, por proposta do PSD.

Apoiamos e apoiaremos sempre qualquer Moção que seja benefício da nossa População mas assumiremos sempre uma postura séria na defesa dos interesses dos nossos munícipes.



Luís Ramalho

O Presidente da Junta da Freguesia de Ermesinde